

HISTORIOGRAPHICA

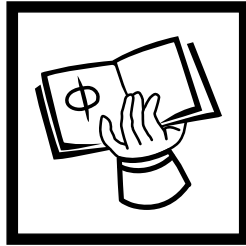
LISBON HISTORICAL STUDIES

DANIEL ESTUDANTE PROTÁSIO (ORG.)

HISTORIOGRAFIA, CULTURA E POLÍTICA
NA ÉPOCA DO VISCONDE DE SANTARÉM
(1791-1856)

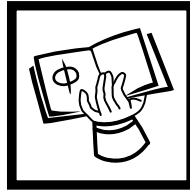


CENTRO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



HISTORIOGRAPHICA

LISBON
HISTORICAL
STUDIES



HISTORIOGRAPHICA
LISBON
HISTORICAL
STUDIES

**Historiografia, Cultura e Política
na Época do Visconde de Santarém
(1791-1856)**

Daniel Estudante Protásio (Org.)

CH
CENTRO DE HISTÓRIA

Lisboa

Centro de História da Universidade de Lisboa

2019



Direcção da colecção | Series editors
Sérgio Campos Matos e Covadonga Valdaliso

Conselho científico da colecção | Series scientific board
Fernando Catroga (Univ. de Coimbra), Ilaria Porciani (Univ. di Bologna), Javier Fernández Sebastián (Univ. del País Vasco), Luís Filipe Barreto (Univ. de Lisboa), Stefan Berger (Ruhr-Universität Bochum), Temístocles Cezar (Univ. de Rio Grande do Sul), Valdeir Araújo (Univ. Federal de Ouro Preto)

Título | Title
Historiografia, Cultura e Política na Época do Visconde de Santarém (1791-1856)

Organização | Organisation
Daniel Estudante Protásio

Editor | Editor
Daniel Estudante Protásio

Assistente de edição | Editorial assistant
Carolina Rufino

Revisão editorial | Copy-editing
André Morgado e Carolina Rufino

Revisão ortográfica | Proofreading
André Leitão, André Morgado, Carolina Rufino e Martim Aires Horta

Comissão científica deste volume | Scientific board of this publication
Andréa Lisly Gonçalves (Univ. Federal de Ouro Preto), Carmine Cassino (CH-UL), Daniel Ribeiro Alves (Univ. Nova de Lisboa), João Couvaneiro (Univ. Lisboa), Jordi Roca Vernef (Univ. Rovira i Virgili, Tarragona), José Brissos (CH-UL), Fátima Sá e Melo Ferreira (ISCTE-IUL), Maria Manuela Tavares Ribeiro (Univ. de Coimbra), Sérgio Campos Matos (Univ. de Lisboa)

Edição | Publisher
Centro de História da Universidade de Lisboa | 2019

Patrocínio | Sponsorship
Administração do Porto de Lisboa

Concepção gráfica | Graphic design
Bruno Fernandes

Impressão Gráfica | Printing shop
Sersilto – Empresa Gráfica, Lda.

ISBN: 978-989-8068-24-8
Depósito Legal: 463937/19
Tiragem: 150 exemplares

Centro de História da Universidade de Lisboa | *Centre for History of the University of Lisbon*
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | *School of Arts and Humanities of the University of Lisbon*
Cidade Universitária - Alameda da Universidade, 1600 - 214 LISBOA / PORTUGAL
Tel.: (+351) 21 792 00 00 (Extension: 11610) | Fax: (+351) 21 796 00 63
URL: <http://www.centrodehistoria-flul.com>



Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto UID/HIS/04311/2019. This work is funded by national funds through FCT – Foundation for Science and Technology under project UID/HIS/04311/2019.

 This work is licensed under the Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.



ÍNDICE

- 11 DA CONVERGÊNCIA ENTRE HISTORIOGRAFIA, TEORIA DA HISTÓRIA E HISTÓRIA POLÍTICA
Daniel Estudante Protásio

19 I - HISTORIOGRAFIA

- 21 *HISTORIA MAGISTRA VITAE*.
Ensaio sobre a (in)definição do *topos* nos projetos de escrita da história do Brasil no século XIX
Temístocles Cezar
- 47 JOSÉ DA SILVA LISBOA E AS NARRATIVAS DA EMANCIPAÇÃO BRASILEIRA
Valdei Araujo
- 69 O CONCEITO DE *REVOLUÇÃO* NUMA GUERRA DE IDEIAS EM PORTUGAL:
Algumas notas sobre linguagem e política (1820-1834)
Ricardo de Brito
- 97 DA NECESSIDADE DE UM *DICIONÁRIO CRÍTICO DO TEMPO DE D. MIGUEL (1828-1834)*
Armando Malheiro da Silva e Daniel Estudante Protásio

121 II - CULTURA

- 123 UMA FAMÍLIA DE PODER E CULTURA.
Em torno do *Retrato da Família do 1.º Visconde de Santarém*,
de Domingos Sequeira
Alexandra Gomes Markl
- 139 UMA DEVOÇÃO DO MIGUELISMO:
Nossa Senhora da Rocha de Carnaxide
Fátima Sá e Melo Ferreira

155 III - POLÍTICA

157 LA "PENINSULA DAS HESPAÑHAS" Y LOS LEGITIMISMOS:
La última función (1828-1840)

Juan Pan-Montojo e Andrés María Vicent

183 MODERADOS E ULTRAS NA REGÊNCIA E NO REINADO DE D. MIGUEL
(1828-1834)

Daniel Estudante Protásio

235 LOS ÚLTIMOS MESES DE FERNANDO VII A TRAVÉS DE LA
DOCUMENTACIÓN DIPLOMÁTICA PORTUGUESA

Alfonso Bullón de Mendoza y Gómez de Valugera

271 RESUMOS

ABSTRACTS

281 NOTAS BIOGRÁFICAS

286 CRÉDITOS DAS IMAGENS



III - POLÍTICA

MODERADOS E ULTRAS NA REGÊNCIA E NO REINADO DE D. MIGUEL (1828-1834)

Daniel Estudante Protásio

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de História
Universidade de Coimbra, CEIS20

Enquadramento conceptual prévio

Todos os regimes políticos posteriores à Revolução Francesa podem, em teoria, ser distribuídos conceptualmente por vários sectores político-ideológicos e classificados segundo diversos pares de conceitos, sejam eles conservadores ou progressistas, elitistas ou populares, moderados ou radicais. No caso dos seis anos em causa, e sem cair em anacronismos de linguagem, fala-se em moderação dentro do grupo abrangente dos realistas, isto é, dos que, após a revolução de 24 de Agosto de 1820 e da Vila-Francada de 1823, pugnavam por uma solução institucional interna que passasse por um poder operacional ou absoluto por parte do rei português. E, variando as interpretações, entre os conservadores, do que seria o grau de acção régio, também se perfilavam, por oposição aos realistas ou moderados, os chamados ultra-realistas ou ultras. Estes eram os elementos que consideravam desnecessárias as Cortes tradicionalistas de Lisboa de 1828. Defensores fervorosos das alçadas político-militares e judiciais. Desejavam um Portugal livre de diplomatas,

militares e negociantes estrangeiros (sobretudo dos *heréticos* ingleses), e um reino sem relações diplomáticas com outros Estados europeus.

Assim, fala-se em moderados e em ultras dentro do realismo português e no movimento de apoio a D. Miguel, durante a sua regência e o seu reinado. Mesmo referindo-se ao período das Archotadas, de Julho de 1827 (embora escrevendo já em Março de 1828), o visconde de Santarém menciona “dois Partidos [sic] . . . o que sustentava a influência democrática . . . e o ultra-realista” e um terceiro, o “Partido Realista”, o dos moderados. Refere-se, ainda, ao “Partido ultra-realista de Lisboa”. Já depois da queda de D. Miguel, designa Francisco de Alpoim e Meneses, publicista e ex-adido de legação, como “furibundo miguelista e grande partidista da monarquia absoluta”. Quanto ao conde da Ponte, enviado oficioso de D. Miguel em Paris e cunhado de Santarém, ironiza ao falar, em 1829, em “Apostólicos ou mais realistas do que El-Rei”.¹ Em Espanha, Josep Fontana considera 1823-1824 como o momento histórico em que o “*partido apostólico*” se define como terceira força política, contra os liberais e os “*absolutistas moderados que dominan el gobierno*”. Jean-Philippe Luis refere “*l’esquisse d’une troisième voie*” na mesma época.²

Da necessidade de uma análise prosopográfica/ideológica das elites políticas e intelectuais deste período

Embora já há muitos anos que estão estudadas, por Maria Alexandre Lousada, Maria Teresa Mónica, José Brissos e Fátima Sá Melo e Ferreira, as opções por D. Maria II ou por D. Miguel I e as movimentações políticas dos que permaneceram miguelistas após a Convenção de Évora Monte, até 1847,³ considero continuarem por explicar muitas das conexões e opções daqueles que serviram D. Miguel, regente e rei (seja entendido como *de facto*, como *de jure*), em diferentes áreas. A saber: na governação civil e militar; na diplomacia oficial e oficiosa e na representação consular; nas estruturas de aconselhamento

1 2.º visconde de Santarém 1827, maço 4, fol. 38; maço 10, fol. 32; Martins 1918-19, 2:218; 5:314; 2.º visconde de Santarém 1914, 259.

2 Fontana 2006, 139; Luis 2002, 127.

3 Lousada 1987; Mónica 1997; Brissos 1997; Ferreira 2002.

(Conselhos de Estado e Cortes de Lisboa de 1828);⁴ na reforma da universidade, censura da imprensa e Academia das Ciências de Lisboa. E até que ponto se dividiram em moderados e ultras.

Ignora-se deliberadamente, no caso das elites governativas e intelectuais associadas a D. Miguel, o mito e lugar-comum de que quem administrou Portugal, na sua totalidade territorial metropolitana durante vários anos – apesar dos horrores da perseguição política, da guerra civil e da imposição da censura prévia à imprensa –, não sabia liderar e pensar estrategicamente. Provar-se-á o contrário.

Um primeiro momento é dedicado a esquematizar algumas conexões entre figuras do regime miguelista e certas similitudes de posicionamento ideológico. Sempre com a ressalva, natural, de que se trata de personalidades em relação às quais os testemunhos directos e as fontes impressas são raros.⁵ Vigoram ainda as palavras de José-Augusto França, proferidas em 1984, quando refere que

falta-nos a história seguida do reinado miguelista no seu país governado e coerentemente dominado, entre o direito apregoado e a força sustentada. Governado por ministros de que ignoramos, em vários casos, os nomes e as datas exactas de função. . . . No entanto, esses ministros entraram e saíram conforme interesses e influências, correntes de forças e intrigas, tal como, ao mesmo tempo, acontecia do lado liberal, em que tudo sabemos do eterno duelo Palmela-Saldanha, de Mouzinho da Silveira e de Silva Carvalho. . . . Cadaval, *S. Lourenço* e Santarém não eram a mesma coisa que Basto e *Barbacena*, no quadro do miguelismo, e *o seu Rei, mais ainda do que D. Pedro, vivia do precário equilíbrio de facções que vagamente conhecemos*.⁶

4 Recuperadas de um passado histórico longínquo como as últimas do Antigo Regime e vistas, por quem as viveu e defendeu, como legitimadoras, interna e externamente, da monarquia de D. Miguel.

5 Com a excepção de importantíssimos relatos memorialísticos, como os do tenente-general Póvoas (Soriano 1882-90, 7:548-63) e os editados por Palma-Ferreira ([1833-34] 1982) e por Mónica (1990).

6 França 1984, 486-87 (itálicos meus).

Sem a veleidade de esgotar o assunto, eis alguns quadros sinópticos de figuras-chave da época:

Quadro 1:

Oito figuras passíveis de classificação como moderadas

Nome	Funções exercidas	Parentesco
Duque de Cadaval	Conselheiro de Estado desde 1823. Ministro Assistente ao Despacho em 1828-1831. Coronel-general dos Voluntários Realistas em 1828, com a graduação de marechal-de-campo. Marechal graduado do Exército e comandante das tropas de Lisboa e da província da Estremadura, com assento oficioso no Conselho de Ministros, em 1832-1833.	Parente da família real, irmão mais velho do duque de Lafões. Pede e obtém a exoneração após a demissão dada a Barbosa de Magalhães em 1831.
Duque de Lafões	Brigadeiro dos Voluntários Realistas. Governador militar do Porto em 1831-1833. Ajudante-de-ordens e secretário particular de D. Miguel em Braga e Coimbra, 1832-1833.	Irmão mais novo do duque de Cadaval.
João de Matos Vasconcelos Barbosa de Magalhães	Ministro da Justiça em 1829-1831. Exilado em Abrantes a partir de 1831, após a Questão Roussin. Ali morre em 1833.	Colaborador próximo do duque de Cadaval.
Conde de Vila Real	Brigadeiro. Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros durante a regência de D. Miguel (1828).	Cunhado do marquês de Palmela.
Visconde de Santarém	Ministro dos Negócios Estrangeiros, 1828-1834. Conselheiro de Estado. Autor do <i>Manifesto de Sua Majestade Fidelíssima</i> , de 1832. Sócio livre da Academia das Ciências de Lisboa.	Parente e chefe dos condes da Ponte e da Figueira e do visconde de Asseca.
Bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lobo	Ministro do Reino em 1826-1827. Conselheiro de Estado. Reformador dos Estudos em 1828-1831. Sócio livre da Academia das Ciências de Lisboa.	Colaborador próximo do duque de Cadaval e seu biógrafo. Pede para ser exonerado em 1831, após demissão do duque. ⁷
Visconde de Peso da Régua	Tenente-general efectivo desde 28.12.1826. Governador militar de Trás-os-Montes (1828-1829) e da Corte e Estremadura (1832-1833).	Tio do visconde de Santa Marta.
Visconde de Santa Marta	Governador militar do Minho (1831-1833). Tenente-general graduado (26.10.1832). Chefe do Exército de Operações do Cerco do Porto (1832-1833).	Sobrinho do visconde de Peso da Régua.

⁷ Castro 2002, 1:823.

Quadro 2:

Oito figuras passíveis de classificação como ultra-realistas

Nome	Funções exercidas	Parentesco
Conde de Basto	Ministro efectivo do Reino e interino da Marinha e Ultramar, 1828-1833.	Desembargador do Paço. Antigo magistrado no processo de Gomes Freire de Andrade (1817).
Conde de Rio Pardo	Ministro da Guerra, 1828-1829.	
Luís de Paula Furtado Rio de Mendonça	Ministro da Justiça, 1828-1829 e 1831-1834.	Irmão do conde de Barbacena.
Padre doutor António José Guião	Chanceler da Casa da Suplicação, 1831. Ministro do Reino e da Fazenda, 1833-1834.	Antigo magistrado no processo de Gomes Freire (1817).
Arcebispo de Évora, D. Frei Fortunato de São Boaventura	Reformador dos Estudos, 1831-1833. Sócio livre da Academia das Ciências de Lisboa.	
José Agostinho de Macedo	Pregador da Coroa. Cronista do Reino.	
António Ribeiro Saraiva	Secretário de legação em Londres, 1829-1831. Encarregado de Negócios em Londres, 1831-1834.	Filho do conselheiro de Estado e magistrado José Ribeiro Saraiva.
Marechal-de-campo Joaquim Teles Jordão	Governador da Torre de São Julião da Barra em 1828 e em 1833.	Pai do capitão e ajudante-de-ordens homónimo.

Quadro 3:

Cinco figuras de difícil classificação

Nome	Funções exercidas	Parentesco
Conde de São Lourenço	Brigadeiro a 28.12.1826. Ministro da Guerra, 1829-1834. Marechal-de-campo a 26.10.1832. Comandante do Exército de Operações do Porto, 1833. Tenente-general a 21.11.1833.	Amigo de infância da família do visconde de Santarém. Adversário de Barbacena. Filho do 8.º conde de São Lourenço (1763-1839), brigadeiro em 1808, marechal-de-campo em 1810 e tenente-general em 1815.
Conde de Barbacena	Ministro da Guerra, 1825-1826. Ministro da Guerra e interino dos Negócios Estrangeiros sob a Carta, 1826. Marechal-de-campo a 28.12.1826. Tenente-general graduado a 26.10.1832 e ministro interino da Guerra, 02.07.1833. Marechal do Exército, 1833. Mandado sair da corte em Agosto de 1833.	Irmão do ministro da Justiça de D. Miguel, ambos filhos do 1.º visconde e 1.º conde de Barbacena, fundador da Academia das Ciências de Lisboa.
Conde Louis-Auguste-Victor de Ghaisne de Bourmont	Ministro da Guerra (1829) e Marechal (15.07.1830) em França. Marechal-general do exército de D. Miguel a 15.07.1833. Ministro interino da Guerra em Julho de 1833. Ministro da Fazenda e do Reino e comandante do Exército de Operações de Lisboa em Julho de 1833.	Pai de quatro militares que serviram D. Miguel, um enquanto coronel (e comandante da Guarda Real de Polícia), outro como major.
José Raimundo Pinheiro	Coronel a 09.07.1811. Brigadeiro a 02.01.1832. Governador da Torre de São Julião da Barra de Novembro de 1832 a Fevereiro de 1833. Marechal-de-campo e governador das Armas do Minho a 06.11.1833 (até 1834).	
Jacob Frederico Torlade Pereira de Azambuja	Caixeiro na Torlades & C.ª. Cônsul da Rússia e de Ragusa (Dubrovnik) em Setúbal. Secretário de Legação em Estocolmo e Viena. Encarregado de Negócios em Madrid e Washington (1829-1834).	Primo dos O'Neill, activa família liberal de origem irlandesa. ⁸

Pode surpreender a inclusão de António Ribeiro Saraiva no Quadro 2 (ultra-realistas) e de São Lourenço no Quadro 3 (elementos de difícil classificação). Por um lado, considera-se que o conde de São Lourenço, por ter permanecido ministro da Guerra entre 1829 e 1834, foi uma figura *independente*, sem posição ideológica definida e permeável às influências quer dos moderados, quer dos ultras. Não enquadrável, assim, em qualquer uma das restantes classificações. Por outro, é o próprio Saraiva quem, em 1847, referindo-se a Dezembro de 1833,

8 Teixeira 2006, 143-147.

fala nos “miguelistas os mais exaltados e eu do número”.⁹ José-Augusto França e António Monteiro Cardoso destacam, de uma carta do visconde de Santarém para o visconde de Asseca, a afirmação de que os ultras “continuam a agir contra António Ribeiro Saraiva, que tem feito um excelente trabalho em Londres, mas que por eles é tratado de ‘pedreiro[-livre] e quantos nomes se podem desencantar no dicionário dos revolucionários’, apenas por via das ‘desordenadas ambições dos acusadores’.”¹⁰ Não deixa de ser significativo que o façam, tratando-se de um filho de José Ribeiro Saraiva: bastaria aceitar uma nomeação para a diplomacia miguelista para parecer suspeito aos mais desconfiados.

Em contrapartida, é sintomático o alinhamento de Saraiva com Francisco de Alpoim e Meneses na disputa pela nomeação para secretário da legação em Paris. O outro candidato era João Maria Borges da Silveira, supostamente protegido pelo visconde de Queluz, um moderado.¹¹ A animosidade do conde da Ponte – outro moderado – face a Francisco de Alpoim e Meneses e a sua preferência por Borges da Silveira como seu subordinado terão imperado na decisão superior. Queluz cai em desgraça em Setembro de 1829, por pressão dos ultras, e vê-se desterrado da corte, o que constituía o maior temor de Ponte para a sua sorte política e para a de Santarém.¹²

O diário de António Ribeiro Saraiva apenas diz respeito a 1831 e aos anos seguintes, nos quais foi responsável pela legação em Londres e voz hipercrítica da actuação diplomática de Santarém. Porém, são várias as características que o definem como ultra-realista. A qualidade de beirão, que tão orgulhosamente ostenta, em carta de 1882, contra os lisboetas, sinal de pertencer a uma nobreza provincial ultra, adversária da aristocracia de corte moderada. O percurso de exilado em 1826-1828, publicando uma obra justificativa, intitulada *Eu não Sou Um Rebelde*,¹³ e envolvendo-se do lado contra-revolucionário durante a guerra civil de 26-27.¹⁴ Nessa altura, sob a Carta Constitucional, moderados e legalistas, como

9 Saraiva 1847, 5.

10 Saraiva 1847, 486-487; Cardoso 2007, 229; Ofício de 07.02.1829, apud Cardoso 2007, 233. Asseca era superior hierárquico de Saraiva.

11 Queluz teria feito nomear para Paris um “Janota amigo dele, um *Silveira*, sem instrução alguma...” (Carta de Saraiva a Joaquim Lopes Carreira de Melo, de 13.11.1882, apud Silveira 1985, 679).

12 Cardoso 2007, 230; Carta de conde de Ponte ao 2.º visconde de Santarém, de 27.02.1829, apud Martins 1918-19, 2:337-38; 380.

13 Saraiva 1828. A sua acção a favor da causa de D. Miguel nesses anos parece justificar, para si mesmo, a entrada na diplomacia. Ver Silveira 1985, 679 (Saraiva-Joaquim Lopes de Carreira de Melo, de 13.11.1882).

14 Mónica 1989, 69-82 (Magessi, Várzea e Joaquim Severino Gomes escrevem a Saraiva).

Cadaval, tinham assento no Conselho de Estado, Santarém ocupava as pastas ministeriais do Reino e da Marinha e Ultramar, e Ponte era titular das da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. A rede epistolar de correspondentes de Saraiva, em 1831-1833, prova a facilidade em colocar em comunicação conservadores de Londres, Madrid e Lisboa.¹⁵ Por fim, tentou influenciar Francisco de Zea Bermúdez, em finais de 1832, quando este deixava o seu posto na capital britânica e se preparava para assumir, em Madrid, a presidência do Conselho de Ministros e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Cargos através dos quais Zea exerceu considerável influência na política externa dos anos finais do reinado de D. Miguel, negando-se a abandonar o rei português à sua sorte.¹⁶

Redes sociais, laços de parentesco e alinhamentos/afinidades ideológicas

Sabemos que, nas sociedades políticas, afinidades, amizades e sintonias na leitura dos eventos congregam certos indivíduos a partilharem concepções semelhantes de justiça, diplomacia, ordem e cultura. Assim como percursos pessoais de proximidade geográfica, laços de parentesco, frequência dos mesmos locais de sociabilidade, públicos e privados, de culto religioso, de convivência mundana e erudita. No caso dos moderados e ultras do miguelismo, todos esses elementos podem ser explicativos e contextualizadores. A memória de acontecimentos de há quase 200 anos é diluída pelo passar do tempo e, muitas vezes, pela variação da fiabilidade ou grau de subjectividade dos testemunhos.

15 Em Saraiva ([1831-88] 1915, 1:46-72), verificamos como vai visitar, em Lisboa, desde que desembarca, a 22.07.1831, os duques de Cadaval e de Lafões, o visconde de Santarém (inclusive na residência particular deste), o conde de Basto (por insistência do pai) e o cardeal-patriarca, D. Frei Patrício da Silva. Também em Saraiva ([1831-88] 1915, 1:80; 92), constatamos que mantém correspondência regular com Cadaval e Santarém em, pelo menos, 1829 e 1830; que escreve ao rei, a Basto e ao núncio apostólico (em missiva endereçada a este e contendo os dois outros officios) em Novembro de 1831; e a Basto, S. Lourenço, Cadaval e Santarém sobre a vinda de Eliot, já em Junho de 1832 (Saraiva [1831-88] 1915, 1:92, 126); a Rafael da Cruz Guerreiro (representante officioso em S. Petersburgo) e à princesa da Beira, infanta D. Maria Teresa, em Outubro de 1832. Mas também ao rei, a Cadaval e a Lafões em Dezembro seguinte; bem como à infanta D. Maria Francisca, já então em Portugal, em Junho de 1833, quando recebe cartas do esposo daquela, Carlos Maria Isidro, pretendente carlista, para os representantes de nada menos do que dez Estados europeus, agindo como agente diplomático do carlismo, etc. (Saraiva [1831-88] 1915, 1:150-51; 163-64; 220).

16 França 1984, 496; Cardoso 2007, 229; 233; Carta de Saraiva a Joaquim Lopes Carreira de Melo, de 13.11.1882, apud Silveira 1985, 679; Protásio 2016a, 36.

Daí que muitas vezes seja difícil estabelecer perfis de indivíduos e de grupos ou facções políticos. O que se pode é tentar verificar coexistências em determinados momentos históricos.

O que é exemplificado no Quadro 4, no qual constam nomes de magistrados, militares e diplomatas¹⁷ intervenientes em acontecimentos político-militares cruciais, como o processo Gomes Freire de Andrade (1817), a revolução e o regime vintistas (1820-1823), a Abrilada (1824), a Guerra Civil de 1826-1827 e as Cortes de Lisboa de 1828. Nestas, por exemplo, estão presentes sete dos oito magistrados ou militares em exercício de funções policiais aquando da chamada conspiração Gomes Freire de Andrade. Em contraste, estão ausentes os oficiais do Exército obrigados a internarem-se em Espanha aquando da guerra civil de 1826-1827.¹⁸ Alguns dos militares miguelistas em questão tinham percursos que, à luz da visão ultra-realista, poderiam ser considerados duvidosos ou *impuros*, em termos de dedicação à causa: Asseca e Póvoas haviam pertencido à Legião Portuguesa; ambos, tal como Teles Jordão (o carrasco dos liberais em São Julião da Barra),¹⁹ Póvoas, Peso da Régua e Canelas,²⁰ foram maçons. Fornecendo um enquadramento mais abrangente, desde a época da subida ao trono de D. Maria I (1777) que tradicionalismo e reformismo racionalista procuravam moldar a natureza das instituições e das políticas de governação. As Guerras Peninsulares (1807-1814) e o período de transição que se lhe seguiu, com repressão político-judicial de quaisquer veleidades afrancesadas e protoliberais, reforçam tanto uma certa coesão dos futuros ultra-realistas quanto dos realistas moderados. Os primeiros reprimem violentamente liberais e simpatizantes do liberalismo, depurando-os do Conselho de Estado e das chefias militares em 1828. Os segundos, à imagem de herdeiros do despotismo ilustrado ibérico, como Francisco de Zea Bermúdez

17 Como os viscondes de Asseca e de Canelas, António Ribeiro Saraiva e Joaquim Severino Gomes.

18 Lousada (1987, 167) escreve que “É provável, também, que o governo de D. Miguel não quisesse que estivessem presentes nas Cortes, dado que a sua participação na recente revolta absolutista de 1826-27 contra a Carta os conotava indiscutivelmente com o ‘partido’ miguelista”: isto é, a facção insurrecional e ultra da sociedade política miguelista e não com a moderada, que buscava a legitimação histórica nas Cortes de Lisboa de 1828.

19 Em contraponto a José Raimundo Pinheiro, “Realista a toda a prova, é chorado pelos presos políticos que estão na Torre [de S. Julião] e a quem tratava com a maior consideração” (Correspondência enviada pelo duque de Cadaval ao visconde de Santarém, carta de 28.02.1833).

20 Futuro presidente da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino em 1820, irmão do conde de Amarante e tio do marquês de Chaves.

(1772-1850) e o visconde de Santarém (1791-1856), encarnam a luta contra os elementos e facções ultras até 1833-1834.²¹

Quadro 4:
Acontecimentos políticos contextualizadores
de determinados percursos individuais/grupais²²

Data	Acontecimento/facto	Figuras envolvidas
Início do século XIX-1819	Membros da Maçonaria (M) e da Legião Portuguesa (LP)	Asseca (M e LP), Póvoas (M e LP), Canelas, Peso da Régua, Teles Jordão, Pombal (todos M).
1817	Repressão da conspiração de Gomes Freire de Andrade	Juízes: António Ribeiro Gomes, desembargador do Paço, relator; futuro conde de Basto, desembargador do Paço, adjunto; José Ribeiro Saraiva, desembargador dos Agravos; padre António José Guião, “suplente”; Manuel Vicente Teixeira de Carvalho “suplente.” Intendência-Geral da Polícia: João Gaudêncio Torres, ajudante do intendente João Barbosa de Magalhães; José Vicente Caldeira de Casal Ribeiro, adjunto do intendente-geral. Tenente-coronel José Maria de Sousa Tavares, da Guarda Real de Polícia, comandante do destacamento que prende Gomes Freire.
1820-1823	Revolução vintista e regime subsequente	Manuel Vicente Teixeira de Carvalho, magistrado; Molelos, militar; Teles Jordão, militar; Póvoas, militar e deputado; Canelas, militar; Peso da Régua, militar; Santa Marta, militar e sobrinho do anterior; João Galvão Mexia de Sousa Mascarenhas, militar; Rodrigues de Bastos, deputado; Manuel José de Arriaga Brum da Silveira, deputado; José Ribeiro Saraiva, deputado; Figueiredo e Lima, deputado.
1824	Abrilada	Vítimas: viscondes de Peso da Régua e de Santa Marta, seu sobrinho (que supostamente terá feito falhar o movimento); Teles Jordão. Implicados/acusados de participação: José Acúrsio das Neves, preso; barão de Sande; marquês de Abrantes, preso quando tentava dar o <i>salto</i> para Espanha e, seguidamente, encerrado na Torre de Belém; duque de Cadaval; viscondes de Montalegre, Azenha e Veiros; Joaquim Gomes da Silva Belfort. Ministro da Guerra Abril-Maio: futuro conde de Basto.
1826-1827	Guerra civil	Marquês de Chaves, viscondes de Canelas (tio do anterior), Várzea, Molelos, Montalegre e Vila Garcia; António Tavares Magessi, Teles Jordão, princesa da Beira, António Ribeiro Saraiva, Joaquim Severino Gomes.
1828, Maio-Julho	Cortes tradicionais de Lisboa	Dos 8 intervenientes identificados no processo Gomes Freire, 1 ausente: João Gaudêncio Torres. Ausentes todos os militares envolvidos na guerra civil de 1826-1827.

21 Zea Bermúdez, símbolo de uma “ideologia administrativa” do absolutismo moderado, reprimiu a facção ultra espanhola, a dos carlistas, tanto em 1824-1825 como em 1832-1834 (Cuevas 2000, 84; 93; Luis 2001, 101; 103-4; 110-16; Luis 2002, 30-31; 129; 155-74; 330-31).

22 Fontes: Cardoso 2007, 234; Ferrão 1940, 505; Neves (1810-11) 1984 1:23; 281-88; Figueira 1941, 6; Mónica 1997, 249 n. b; Dias 1986, 501-2; 541 n. 1; 559; 689; 800; 886-87; Castro 2002, 1:806-8; Lopes 2003, 91; 95; 98-9; Martins et Oliveira 1946, 18; Cabral 1936, 168-69; Lousada et Monteiro 1982, 178 n. 9.

Muitos dos nomes listados no Quadro 4 participaram na coalizção de 1820, que deu origem ao vintismo; outros aderiram à monarquia absoluta de D. Miguel, outra coalizção de moderados e ultras, pouco depois, em surdo conflito entre si.

Militares e civis:

Exército, diplomacia, governação e Armada

Uma das questões mais fracturantes entre moderados e ultras foi, sem dúvida, a dos militares e civis que, sob inspiração de D. Carlota Joaquina e da princesa da Beira, D. Maria Teresa, lutaram contra as tropas cartistas em 1826-1827 e comeram o pão duro do exílio²³ em Espanha e França. Isto enquanto outros elementos permaneceram em Portugal, sãos e salvos, e se *limitaram*, desse ponto de vista, a receber D. Miguel, regente, em 22 de Fevereiro de 1828, na chegada a Lisboa.²⁴ As dificuldades sentidas pelos primeiros já foram documentadas por Maria Teresa Mónica em 1989, através de recurso ao epistolário de António Ribeiro Saraiva.²⁵ Mas é interessante verificar como alguns desses militares marcaram passo na respectiva carreira, depois de regressarem a Portugal. Foi o caso de António Tavares Magessi, que permanece brigadeiro desde 1820 até 1832, sem atribuição de um governo de armas provincial antes de 1831. Do visconde de Montalegre, de 1823 a 1833. Outro brigadeiro, promovido a marechal-de-campo apenas em 1832, Teles Jordão, morre em Cacilhas, a 23 de Julho de 1833.²⁶ Molelos manterá a mesma patente até 1832. A Peso da Régua, marechal-de-campo em 1815 e tenente-general em 1826, no topo da carreira (numa altura em

23 Por vezes, do internamento em depósitos do Exército espanhol.

24 Aliás, tais emigrados só foram autorizados a regressar ao reino em plenas Cortes de Lisboa, a 23.06.1828 (Cardoso 2007, 234). José Agostinho de Macedo designava-os por “guerrilheiros de alta patente” (Cardoso 2007, 231; Braga 1900, 1-3; 9).

25 Mónica 1989, 69-82 (Magessi, Várzea e Joaquim Severino Gomes escrevem a Saraiva).

26 As fontes não são claras sobre quem foi responsável pela morte de Teles Jordão no cais de Cacilhas. Apenas indicam a violência do seu fim, não pormenorizando se às mãos de militares ou de paisanos. É o que sucede com Oliveira Martins ([1881] 1981, 1:386) e Palma-Ferreira ([1833-34] 1982, 29 n. 1). Costa (2005, 189) escreve que “Teles Jordão foi capturado pelos liberais e imediatamente executado.” Apenas Rocha Martins (1933, 443) identifica o capitão Costa, às ordens do regimento de caçadores do coronel José Soares Romão, adjunto do comando da divisão ligeira do general Schwalbach, como interveniente: “O capitão Costa jogou-lhe uma cutilada, feriu-o. . . . Queria aprisioná-lo; de repente, no tumulto, soou mais um tiro e o general [sic] miguelista caía desamparadamente. . . . Morrerá.”

que não havia marechais no Exército português), será entregue o governo militar de Trás-os-Montes (1828-1829) e da Corte e província da Estremadura em 1832-1833.²⁷ Todos eles, com exceção do último, conotados com os ultra-realistas.

Em contraste, militares mais novos, como Santa Marta, sobrinho de Peso da Régua, foi ajudante-general do Exército sob a Junta Suprema do Porto em 1820 (com cerca de 30 anos), marechal-de-campo em 1823, governador das Armas da Capital e Estremadura em 1824, e preso, nessa condição, aquando da Abrilada. O que não impede que seja nomeado subchefe do Estado-Maior-General em 1828, isto é, superior hierárquico de homens muito mais velhos, como Magessi, Teles Jordão, Molelos e Montalegre. Outro marechal-de-campo que lutou em 1826-1827 foi o visconde da Várzea. Aliás, de 1828 a 1830, só é detectável uma única graduação de oficiais-generais, a de Cadaval, manifestamente pouco, mesmo em tempo de paz.²⁸

Embora essa preponderância de homens como Peso da Régua e Santa Marta possa ser eventualmente considerada nepotismo – tio e sobrinho favorecidos face aos demais –, as razões por detrás desse estado de coisas foram estratégicas, em termos políticos, numa época de paz: conter a intervenção de ultra-realistas na vida pública do reino. Em 1827, 1828 e 1829, temos o caso da nomeação de três ministros (dois deles da Guerra) com patentes militares inferiores às de muitos dos seus subordinados: em 6 de Julho de 1827, o tenente-coronel conde da Ponte foi designado ministro da Guerra (promovido a coronel a 13 do mesmo mês); e em Fevereiro e Maio de 1828, o duque de Cadaval feito ministro Assistente ao Despacho e graduado marechal-de-campo, para poder assumir o comando dos Voluntários Realistas. Por fim, em Fevereiro de 1829, morre o conde de Rio Pardo, tenente-general em 1815 e ministro da Guerra desde 1828, de quem se escreveu que “A sua morte foi gravemente prejudicial à causa de D. Miguel, por ser um dos mais distintos organizadores militares do seu tempo”.²⁹ Enquanto Rio Pardo andava pelos 74 anos, o seu sucessor, o conde de São Lourenço, não contava com mais de 35 e era brigadeiro. É preterido, por exemplo, o conde de Barbacena, que

27 Em compensação, as promoções atribuídas pelo marquês de Chaves a oficiais subalternos a 31.12.1826 foram confirmadas pelo rei em 1830 (Cardoso 2007, 236; 266; *Gazeta de Lisboa* de 31 de Julho de 1830, 723-25).

28 Sendo errónea em termos convencionais (pois os oficiais-generais incluem os brigadeiros), tomo aqui como base o decreto régio de 13.05.1789, pelo qual os marechais-de-campo e tenentes-generais recebiam honras de fidalgos da Casa Real por ascenderem a tais postos, o que não sucedia com os brigadeiros.

29 Zúquete 1961 3:231-32.

tinha 49 anos, era marechal-de-campo desde 1826 e já assumira por duas vezes a pasta da Guerra (e mesmo, interinamente, a dos Negócios Estrangeiros). Embora São Lourenço se vá manter titular ministerial até 1834, exceptuando quando comandante-em-chefe do Exército de Operações do Porto e em período de doença, D. Miguel não se preocupa em fazê-lo ascender à patente imediatamente superior (como sucedera com Ponte e Cadaval). Daí surgirá um natural mal-estar no Exército e reveses aquando da Questão Roussin e da guerra civil de 1832-1834.

O conflito surdo entre os exilados de 1826-1827 e quem permanecera em Portugal, ao abrigo da Carta Constitucional, vai estender-se também aos civis e às nomeações para diplomatas e ministros de Estado.

Os diplomatas portugueses cruciais no estabelecimento de relações de Portugal com outros Estados – o marquês de Lavradio, no caso da Santa Sé; o conde da Figueira, no de Espanha; e Jacob Frederico Torlade Pereira de Azambuja, no dos EUA – tinham diferentes perfis socioculturais. Sobretudo Figueira, que era, ao mesmo tempo, Grande de Espanha de 1.^a classe e brigadeiro do Exército português (numa tradição familiar e com funções militares efectivas).³⁰ Torlade de Azambuja, antigo caixeiro comercial, aliava o domínio de várias línguas à experiência em diversas capitais europeias, enquanto secretário de legação e encarregado de negócios (Estocolmo, Viena, Madrid e Washington).³¹ Embora das 13 legações com que Portugal mantinha relações, permanecessem ou fossem nomeados, como chefes de missão, sete aristocratas titulares,³² havia, em complemento, a preocupação de colocar como chefes de missão e secretários de legação homens viajados, com experiência de escrita propagandística ou de escrituração e organização comerciais. Foram os casos de Torlade de Azambuja, Carlos Matias Pereira, Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro e, em 1831, de António Ribeiro Saraiva.

30 Coronel a 04.04.1820, brigadeiro a 09.07.1827 (Carrilho [1856] 2002, 7), participou na expedição contra Pernambuco em 1817, foi governador e capitão-general da província do Rio Grande do Sul, entre 1818 e 1821, e ajudante-de-ordens de D. Miguel em 1823 (Castro 2002, 2:757; 760). Grande de Espanha de 1.^a classe, enquanto marquês de Mortara, em Milão, e marquês de Olias e Zurzibal, na Catalunha (Martins 1918-19, 3:53).

31 Teixeira 2006, 143-47.

32 Numa demonstração da preponderância da nobreza titulada na diplomacia. Estavam ou foram colocados: o marquês de Lavradio na Santa Sé; condes da Figueira, Ponte e Oriola em Madrid, Paris e S. Petersburgo; viscondes de Asseca e Canelas em Londres e Haia; barão de Vila Seca em Viena.

Na própria concordância internacional, sobretudo anglo-franco-austriaca, que permitiu o regresso de Viena de D. Miguel, depois de jurar a Carta Constitucional e de ter contraído matrimónio com a sobrinha, havia figuras incondicionais, na diplomacia portuguesa de 1827-1828, para a negociação e resolução da Questão Portuguesa: o barão de Vila Seca em Viena, o marquês de Palmela em Londres, o duque de Cadaval na chefia do executivo português e a inclusão do conde de Vila Real à frente das pastas da Guerra e dos Negócios Estrangeiros (neste caso, interinamente). Todos intervieram e garantiram que o infante assumiria a regência, respeitaria o regime cartista e consumaria matrimónio com a rainha, remetendo-se à condição de rei-consorte e regente. Com o tempo, Vila Seca, um ultra-realista que, em 1827, acusaria o ministro dos Negócios Estrangeiros português, D. Francisco de Almeida, de ser jacobino,³³ demitiu-se do posto por não poder pôr em jogo a honra e compactuar com o perjúrio do infante. Palmela e Vila Real fizeram o mesmo quando se aperceberam das perseguições a militares e deputados liberais; encerrada a sessão, em vigor, da Câmara dos Deputados e convocadas as Cortes tradicionais.

Dos quatro, apenas Cadaval permaneceu com D. Miguel. O duque, chefe putativo da aristocracia portuguesa, durante três anos ministro Assistente ao Despacho, bastante jovem (nascido em 1799), foi uma escolha consensual das potências europeias para presidir ao Conselho de Ministros do regente. Sossegaria, teoricamente, a nobreza portuguesa de todas as cores ideológicas; e era um garante de moderação.³⁴ Cadaval, segundo o visconde de Santarém e com a sua concordância, impôs a solução da reunião de Cortes para a *eleição* e legitimação de D. Miguel como rei.³⁵ O primeiro governo sob a regência e realza de D. Miguel continha elementos moderados como Cadaval e Santarém (que se vão aproximar e guiar progressivamente pelo mesmo diapasão político e estratégico); o conde da Lousã (parente do visconde) na Fazenda; em 1829, Barbosa de Magalhães (próximo de Cadaval) na Justiça; e, na Guerra, o conde de São Lourenço (de quem Cadaval dirá, anos depois, que era amigo).³⁶ Os tios

33 2.º visconde de Santarém 1827, maço 4, fols. 26-27.

34 Martins 1918-19, 5:313-16; 316 n. 1.

35 Ver Protásio 2016b, 165-70.

36 Correspondência enviada pelo duque de Cadaval ao visconde de Santarém, carta de 17.02.1833.

e sobrinho viscondes de Peso da Régua e de Santa Marta também terão sido moderados; o visconde de Santarém tece um rasgado elogio ao segundo.³⁷

Porém, o que vai destruir a preponderância dos moderados na governação será, definitivamente, a ausência de soluções eficazes nas questões da expedição e bloqueio à ilha açoriana da Terceira; na defesa de Lisboa perante a armada do contra-almirante Roussin e face às tropas do duque da Terceira; assim como na reconquista do Porto, sitiado, esfomeado e vítima da cólera-morbo.

O visconde de Santarém é claro quando afirma, sobre a Armada portuguesa, que “Havia muitos anos que esta corporação tinha perdido . . . a escola que em tempo de Martinho de Melo [e Castro] e nos primeiros tempos da regência do Sr. D. João VI tinha tido”, isto é, ainda antes dos finais do século XVIII.³⁸ Para além da questão da perda de prestígio, instrução e fidelidade aos princípios da monarquia absoluta, para o visconde era assustadora a perspectiva de Basto, ministro da Marinha, quanto à ineficácia do bloqueio e de um ponto de vista militar, estratégico e diplomático. No início de Fevereiro de 1829, Santarém comenta, a propósito do levantamento liberal de Angra do Heroísmo, a possibilidade de para lá emigrarem 3000 militares liberais, comandados “pelos melhores oficiais do exército que tinham feito a guerra peninsular . . . aos quais se agregariam milhares de descontentes, de aliciados no reino pelos seus agentes e pelos estrangeiros e outros perseguidos, que tornariam cada vez mais formidável aquela posição e dificultosa à sua recuperação”. Ter-lhe-á respondido Basto: “Deixá-los ir. Tomara eu que fossem para lá todos, que assim ficaremos livres deles! Ao que lhe tornei [Santarém]: Então V. Ex.^a tem uma rede mágica para apanhar todos aqueles peixes?”³⁹

O bloqueio da Terceira, anunciado directamente na *Gazeta de Lisboa* de 27 de Fevereiro de 1829, pelo ministério da Marinha ao major-general da Armada, chefe-de-esquadra (contra-almirante), Carlos Félix Geraldo May, constitui um primeiro erro formal. Por outro lado, o comandante da esquadra de bloqueio,

37 Martins 1918-19, 5:353.

38 Para enquadramento das acções de Martinho de Melo e Castro (1770-1795) e do conde de Linhares (1795-1803) quanto à Marinha, ver Pereira (2005, 1:17-19; 2:82-84). Este autor refere o contraste gritante entre “o elevado nível de operacionalidade” da Armada, em 1795, com os resultados apurados pela Comissão Especial de Marinha em finais de 1821.

39 Martins 1918-19, 5:358-60.

chefe-de-divisão graduado (comodoro), Francisco Inácio de Miranda Everard, obtém desastrosos resultados: aprisiona o paquete britânico *Santa Helena*, manda apreender o correio oficial e trata como prisioneiros de guerra militares doentes. O que resulta na sua destituição do real serviço, exigida pelo Governo de Londres e concretizada a 23 de Abril de 1831.⁴⁰

Ainda em 12 de Abril de 1829, o duque de Cadaval, ministro Assistente ao Despacho, sugere a substituição do conde de Basto: “cujos estudos foram de uma ciência inteiramente diferente [jurídicos], [pelo que] eu julgaria oportuna a nomeação de um [outro] ministro Secretário de Estado para aquela Repartição [da Marinha], e aproveitaria as melhoras que actualmente tem o Marquês de Viana”. Apesar do conde de Basto ser desembargador do Paço, um magistrado com muitas décadas de experiência e quase 70 anos de idade, perante a sugestão daquele general da Armada, com cerca de 47,⁴¹ a resposta régia é peremptória: “Não posso Conformar-Me com a mudança do Ministro da Marinha nesta ocasião.”⁴²

Por fim, afirma o visconde que

as perdas posteriores das fragatas *Minerva* e *Urânia* [aquando da Questão Roussin, 1831] e outras ocorrências de tal modo *desmoralizaram a Marinha, que se tinha tornado nulo e muito mais perigoso o emprego dela em uma guerra de sucessão de opiniões políticas.*⁴³

Chega mesmo a culpar o conde e a sua direcção política da Marinha de Guerra – capturada pelos liberais ao largo do cabo de São Vicente – pela “prolongação do conflito horroroso que tem assolado o reino”.

Mas se é plausível que a direcção ministerial da Marinha por um desembargador fosse uma solução técnica desadequada, no Exército, a situação não seria muito melhor. O ministério da Guerra era chefiado pelo conde de São Lourenço, brigadeiro quando assume essa responsabilidade em 1829: é então o 16.º oficial de patente mais elevada e maior antiguidade, quando Barbacena, chefe do estado-maior, era tenente-general desde 1818 e, em 1828, o 6.º oficial de

40 Martins 1918-19, 5:360-65; *Suplemento da Gazeta de Lisboa* de 27.02.1829, 205; Esparteiro 1969, 58-59; Walton 1831, 37.

41 Viana foi promovido a vice-almirante, em 24.06.1821, e a general da armada em 1826. Era casado com uma filha da marquesa de Belas. Possuía fraca saúde, morrendo em 1831. Esparteiro (1969, 59) afirma-o então vice-almirante graduado.

42 Correspondência enviada pelo duque de Cadaval a D. Miguel, carta de 12.04.1829.

43 Itálico meu. Martins 1918-19, 5:357-58; 360-61.

patente mais antiga.⁴⁴ O próprio duque de Cadaval, marechal-de-campo graduado desde 1828, relata as incompatibilidades entre ambos aquando da Questão Roussin, de 1831:

[São Lourenço] *sabendo muito pouco, não podia fazer nada por si*; e o outro [Barbacena], sendo só chefe de estado-maior, não podia fazer nada sem ordem do ministro da Guerra, a quem competia fazê-lo. O dito ministro [São Lourenço], porém, *tendo do outro uma espécie de ciúme*, não o tinha incumbido daquelas diligências necessárias e tinha ido mandado fazer as coisas com a *brandura e a ignorância militar que lhe era[m] próprias*.⁴⁵

Somos igualmente informados da opinião de São Lourenço acerca de Basto e, paradoxalmente, da incapacidade de o primeiro resistir à influência do segundo: Basto “tinha na realidade boa vontade”, mas que dele abusavam pela sua muita idade, que causara “prejuízos grandes” e “deveria ser demitido numa próxima remodelação”. São Lourenço “concordava com Santarém, mas era *demasiado fraco* para se subtrair às brutais revoluções do Conde de Basto”.⁴⁶

É muito interessante reflectir, ainda, sobre a substituição, ocorrida a 26 de Outubro de 1832, do visconde de Veiros (1747-1833), então com cerca de 86 anos, pelo visconde de Peso da Régua, com aproximadamente 70, ambos tenentes-generais,⁴⁷ como governador das Armas da Corte e Estremadura. A mesma é coincidente com a graduação do duque de Cadaval (na flor dos seus 34 anos) em marechal do Exército, responsável supremo pelas tropas da capital e arredores, e, pelo prestígio do seu título nobiliárquico e condição de conselheiro de Estado, com entrada no Conselho de Ministros, na ausência de D. Miguel. O comentário do visconde de Santarém é de que desta forma se dava um “centro também na direcção das forças militares de mar e terra, ambas confiadas, como estavam, *a dois octogenários ignorantes e caprichosos, sem vida, sem energia, inteiramente dominados por aduladores*” – Basto (com cerca de 84 anos) e Veiros.⁴⁸ Santarém também se

44 Estes dados são meramente indicativos e baseados em listagens fornecidas na altura por um oficial miguelista (Carrilho [1856] 2002), os quais pecam, porém, por não incluir oficiais entretanto falecidos. Dados mais recentes (Costa 2005) referem todos os oficiais, quer liberais, quer miguelistas, alfabeticamente.

45 Saraiva (1831-88) 1915, 1:63 (itálicos meus).

46 Saraiva (1831-88) 1915, 1:63; Siebertz (1944) 1986, 353.

47 Embora, nessa mesma data, Veiros seja graduado em marechal do Exército, como compensação pela demissão dessa chefia (*Coleção* 1832, 77 [26.10.1832]:1-2).

48 Martins 1918-19, 5:342; Lousada e Ferreira 2006, 400-401; Zúquete 1961, 3:475-76 (que afirma Veiros comandante-chefe do exército) (itálico meu).

refere a Basto e à sua suposta “vaidosa ignorância . . . nutrida pelas gentes de certo partido, que baixamente o adulavam e que o persuadiam a seguir nisto uma espécie de sistema que *ele, abandonado só aos seus recursos intelectuais, não poderia mesmo seguir*”.⁴⁹ É curioso que o visconde, um autodidacta que deixou de estudar formalmente pouco antes de completar 16 anos, assim falasse, em 1834 (com pouco mais de 40), acerca de um desembargador do Paço, com formação jurídica na Universidade de Coimbra e – como ele próprio – possuidor de uma livraria escolhida. Mas mencionaria Santarém o que outros caracterizaram como incompetência técnico-política e falta de uma lógica que não fosse meramente persecutória, que valeu ao conde a designação de “*idiota erudito*”?⁵⁰ Ou, sobre Veiros e Basto, insurgir-se-ia o visconde contra o que actualmente designaríamos por uma liderança militar bicéfala *gerontocrata*, numa atitude idadista?

Também é de notar que José-Augusto França⁵¹ alinha Cadaval com São Lourenço e Basto com Barbacena, quando *aparentemente*, nas palavras do duque de Cadaval, este último possuía conhecimentos técnicos superiores aos do ministro da Guerra. Sabemos ainda que Barbacena, marechal do Exército desde 14 de Julho de 1833, é afastado da corte ao mesmo tempo que Cadaval e Lafões, em Agosto seguinte. E é descrito por Santarém, em 1838, como “um dos oficiais mais sábios e mais valentes do exército português”. Quanto a Santa Marta, o visconde considera-o, em 1832, um militar “hábil” e, dois anos depois, di-lo “reputado como general valoroso e inteligente e como que professando princípios políticos moderados”.⁵² Até António Ferrão o classifica como “oficial bastante estudioso” e proprietário de uma biblioteca notável. Póvoas, por exemplo, era formado em Matemáticas, e António Ribeiro Saraiva frequentara várias faculdades de Coimbra, terminando o curso de Leis e ingressando no de Ciências Matemáticas e Filosóficas,

49 Martins 1918-19, 5:342.

50 Oliveira Martins (1881) 1981, 1:103: “o decrepito conde de Basto [sic – só o seria em 1829], idiota erudito manchado com a denúncia da sedição de Gomes Freire (1817) e conhecido pelo seu ódio aos liberais”.

O conceituado historiador também comete um lapso ao escrever que Cadaval tinha, a 26.02.1828, 24 anos, quando na realidade ia completar 29 a 7 de Abril seguinte. Veiros substituíra Beresford nas suas duas idas ao Brasil como comandante-chefe do Exército, e D. Miguel nomeia-o governador da Torre de Belém e conselheiro da Guerra e de Estado (Soares 2003, 400-401). O visconde de Veiros morrerá a 6 de Julho, ocupando o posto de marechal graduado do Exército, e Basto a 04.08.1833, ambos vítimas de cólera-morbo.

51 França 1984, 487.

52 Martins 1918-19, 4:415-16; 5:353; Freitas 1910, 476.

que abandonou no segundo ano.⁵³ Pelo que podemos perceber que não faltava inteligência nem conhecimentos escolares, erudição e visão política a moderados e ultras, independentemente do que cada um pensasse do adversário directo. Não nos esqueçamos, ainda, da posse de livrarias, ora pessoais, ora familiares, ricas e extensas, por parte de membros das elites políticas e aristocráticas miguelistas, como o atestam os processos das apreensões liberais de algumas delas. Foram os casos das livrarias do duque de Lafões (8700 volumes), do conde de Basto (384 volumes), do bispo do Porto, D. João de Magalhães e Avellar (36 000 volumes), do visconde de Asseca e de José Maria Dantas Pereira, chefe-de-esquadra (contra-almirante) da Armada e secretário perpétuo da Academia das Ciências de Lisboa. Já para não falar da livraria do visconde de Santarém, que remontava ao século XVI e que foi pilhada aquando da tomada de Lisboa (1500 volumes); ou de pequena biblioteca que António Ribeiro Saraiva acumulou ao longo de uma dura existência no exílio. Até um “burocrata consciente” como o memorialista Francisco de Paula Ferreira da Costa era um coleccionador de volumes raros e antigos, sobretudo do seu amigo José Agostinho de Macedo.⁵⁴

Os amigos (moderados) de el-rei

A visão de um ex-militar e chefe de missão diplomática (oficiosa) em Paris, o conde da Ponte, é surpreendentemente coerente, ilustrativa e filosófica, não só sobre o carácter indissociável da sua própria carreira política face à do cunhado,⁵⁵ o visconde de Santarém, como também perante o papel do Exército e da Armada no regime miguelista. Já vimos como Ponte é nomeado coronel uma semana depois de designado ministro da Guerra pela infanta D. Isabel Maria, promoção essa datada de 13 de Julho de 1827. Militar desde muito novo, capitão com apenas 11 anos, frequentou três anos do curso de Matemática na

53 Ferrão 1940, 612; Alvim 1985, 55 n. 4; Cunha Saraiva 1927, 16-17.

54 Barata 2003, 132-38; Figueira 1941, 22; *Catálogo da Terceira Livraria* 1918, 1-3; *Catalogue* 1891, 50-59 (espécimes 796-962); Palma-Ferreira (1833-34) 1982, 7; 10.

55 Carta do conde de Ponte ao 2.º visconde de Santarém de 27.02.1829, apud Martins 1918-19 2:218-19.

Real Academia Militar do Rio de Janeiro.⁵⁶ Apelidado de “anjo exterminador” por José Liberato Freire de Carvalho na repressão das Archotadas (1827), juntamente com o insuspeito conde de Vila Flor (futuro duque da Terceira). O conde da Ponte demite-se por solidariedade com Santarém, ex-ministro do Reino e da Marinha e Ultramar. Abandona também o posto de coronel do Regimento 7 de Cavalaria, “que toda a minha vida me custou a ganhar”. A 24 de Abril de 1828, relembra ao cunhado, Santarém, depois de lhe relatar que fora ao paço falar ao duque de Cadaval sobre a possibilidade de ser nomeado para Paris, que a entrada do visconde no ministério dos Negócios Estrangeiros se devia à acção enquanto ministro do Reino aquando das Archotadas; “creio que também não entras em dúvida de que uma parte (e não pequena) tive eu nos negócios desse tempo”. Ponte relembra a sua passagem, efémera e interina, pelos Negócios Estrangeiros, em Julho-Setembro de 1827, durante a qual, afirma, sempre informara o barão de Vila Seca e o infante, em Viena, das suas próprias acções, das de Santarém e do desejo de que D. Miguel voltasse para Portugal. Chega mesmo a pedir ao visconde que mostre ao regente e ao duque de Cadaval as cópias das cartas que enviara para a Áustria, despedindo-se fraternalmente, “Teu mano e amigo”.⁵⁷ Esta missiva, que tem tanto de pressionante quanto de quase ameaçadora, é completada por outras, que felizmente sobreviveram. Já nomeado para Paris, escreve com clareza político-diplomática, em Novembro de 1828:

Há agora, aqui, uma opinião geral da barbaridade do governo português; diz-se que um *partido governa o intendente, que faz proceder a prisões arbitrarias; que se prende só porque se lê um folheto ido de Londres, etc. . . . Abre os olhos a El-Rei, Visconde; os seus amigos devem falar-lhe claro; sejamos nós os que assim lhe falamos, sendo os que mais desejamos vê-lo reconhecido. . . . El-Rei não sabe tudo, é preciso que se lhe diga a verdade pura.* Tu deves dizer-lha e tens no ministério [executivo] muito boa gente que te ajude. . . . *Faça-se mesmo o sacrifício, se é preciso, de soltar muitos indivíduos, que consideração nenhuma podem ter; conserve-se nos lugares gente fiel e deixem pensar os outros como queiram, conquanto que não obrem contra o governo. O sistema das reacções tem dado com Portugal em terra.*⁵⁸

56 Castro 2002, 1:313. Cadete em 1805, capitão em 1808, major em 1817 (20 anos), tenente-coronel em 1824 e, segundo esta fonte, coronel em 9 de Julho de 1827.

57 Freire de Carvalho 1840, 110-11; Martins 1918-19, 2:338; Soriano 1882-90, 2 (2):136-138 n.1 (Carta do conde de Ponte ao 2.º visconde de Santarém, de 21.04.1828).

58 Carta do conde de Ponte ao 2.º visconde de Santarém, de 02.11.1828, apud Soriano 1882-90, 3 (1):120-21. Ponte também afirma que existe “um partido que governa mais do que o governo” (Martins 1918-19, 2:576).

Este é o sistema que os moderados (sobretudo Cadaval e Santarém) tentaram impor em Portugal em 1828-1834.⁵⁹ Contraposto, nas palavras do visconde, por um grupo, liderado por Basto, de “partidários de um sistema de perseguição [interna, contra opositores políticos liberais] e de isolamento [isolamento] de todos os gabinetes” europeus.⁶⁰ Porém, perante o levantamento do brigadeiro Moreira Freire, oficial da Armada, o conde da Ponte escreve o seguinte, que aprofunda as suas palavras anteriores:

Acabo de saber que o Coronel Moreira [sic] foi à brigada com mais indivíduos a fim de a revoltar [a 9 de Janeiro de 1829]: *por isso pode o nosso governo conhecer que os demagogos não descansam e que é preciso a maior vigilância*. O governo precisa, como te tenho mandado dizer, ser moderado, *mas é igualmente necessário que a moderação não degenerem em franqueza [fraqueza]*; pois que se isto eles supuserem, decerto fazem revolução. *A moderação do governo deve consistir em não fazer injustiça, não prender por ridicularias e por meras suspeitas, mas deve punir com o rigor das leis, principalmente os militares: que são os instrumentos das revoluções modernas. . . .* O exército somente deve ser passivamente obediente; enquanto Portugal o não tiver assim, pode considerar-se nutrir dentro em si as guardas pretorianas ou os janízaros de Constantinopla. . . . A experiência me mostrou, nos diferentes comandos que tive, esta verdade: os militares precisam ainda mais do que os povos de não sofrer injustiças; mas de uma justiça mais severa.⁶¹

Temos, assim, como que uma dualidade de critérios, uns a aplicar aos civis, outros aos militares: estes precisariam de não sofrer injustiças, mas, quando necessário, de ser alvo de uma justiça severa e áspera (própria do código militar), e não de serem encarados como meros empregados pagos e, por isso, obedientes ao governo. Antes, deveriam estar munidos de fidelidade ideológica – até por serem o Exército e a Marinha “os instrumentos das revoluções modernas”, como sucedera em 1820 e ocorrerá em 1833-1834. Não nos esqueçamos de que a repressão das Archotadas, em Julho de 1827, sobretudo judicial, atingiu vários militares de alta patente, abertamente liberais. E que, em Março de 1828, o brigadeiro conde de Vila Real, ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros (tal como Ponte o fora), demite-se perante as alterações dos governos militares provinciais e face às perseguições movidas contra oficiais que, cartistas assumidos, tinham derrotado as tropas contra-revolucionárias em 1826-1827.

59 Protásio 2016b, 170-78.

60 Martins 1918-19, 5:316.

61 Martins 1918-19, 2:5-6 (itálicos meus).

Por outro lado, não devem ser ignorados os laços de parentesco existentes entre os chefes de missão para as capitais de França, Grã-Bretanha e Espanha: o conde da Figueira (Madrid), a viscondessa de Asseca (Londres) e a condessa da Ponte (Paris), todos filhos da marquesa de Belas, eram irmãos,⁶² cunhados de Ponte e do visconde de Santarém, superior hierárquico dos três diplomatas. Isto tanto pode ser considerado como sinal de nepotismo, por parte do ministro dos Negócios Estrangeiros, quanto um desejo de tecer uma rede de agentes diplomáticos que fosse da sua confiança, composta por aristocratas titulares e também dotados de outras características. Já constatámos como o conde da Ponte se fez insinuar perante Santarém e perante o duque de Cadaval para ser nomeado para Paris; o conde da Figueira, para além de Grande de Espanha, manteve laços de proximidade com as duas infantas portuguesas na corte de Madrid, de tal forma que se viu obrigado a regressar com ambas a Portugal em Março de 1833. Sem dúvida que nesta época, em que não existia uma carreira diplomática *per se*, havia uma tradição de nomear titulares da aristocracia e homens de armas para a diplomacia (como o eram Ponte, Asseca e Figueira, respectivamente ex-coronel, capitão no tempo da Legião Portuguesa e brigadeiro). A tia da condessa de Basto sugeria, em 1829, o emprego nas legações de Londres ou Paris do seu irmão, o brigadeiro 1.º visconde de Azenha, de 58 anos, veterano das Guerras Peninsulares e da guerra civil de 1826-1827, considerando-o um caso de “homens de merecimento”, ao contrário de Asseca ou Ponte. Visão também ela consequente, até por ser Azenha homem de provada fidelidade a D. Miguel e de patente militar superior à daqueles. E, como escrevia a dita senhora, em contraste com ambos, pouco atreito a amizades com estrangeiros.⁶³

62 Tal como a marquesa de Viana, referida na n. 41.

63 França 1984, 493; Lousada 1987, 288; Figueira 1941, 6; Costa 2005, 169-70. O 2.º visconde de Azenha, filho do 1.º e cunhado de Basto, é nomeado ajudante-de-ordens de D. Miguel dois dias depois da morte de Basto. Tinha então cerca de 27 anos e ocupava o posto de coronel dos Voluntários Realistas (Carrilho [1856] 2002, 5, 22).

Disciplina e desobediência na diplomacia de D. Miguel

Mas se é verdade que Santarém seria permeável a influências, era também estrito no que poderíamos designar por disciplina diplomática. Ocorreram vários episódios de aparente desobediência às ordens e aos procedimentos diplomáticos. Foram os casos:

1. Do conde da Ponte, em Julho de 1828 (sendo proposta ao rei a sua demissão).⁶⁴
2. De Torlade de Azambuja, a 2 de Agosto de 1829, informado da demissão de “todos os Empregos, Honras e Dignidades de que se achava revestido”, devido a promessas incumpridas de reconhecimento diplomático e a rumores de “escandalosa conduta.”⁶⁵ Apenas o restabelecimento de relações diplomáticas entre os Estados Unidos e Portugal, a 2 de Outubro seguinte, o salva da desgraça.
3. Do visconde de Canelas, designado para Haia. Em ofícios de Santarém para Asseca e vice-versa, de 6 e 24 de Junho de 1829, o ministro português dos Negócios Estrangeiros fala de Canelas, criticando “a natureza da comunicação que fez aquele empregado” com o ministro britânico em Haia, Sir Charles Bagot. Suspeita-se que o possível corte de relações oficiosas por parte de Bagot para com o visconde de Canelas se deveria atribuir à “opinião de [ele] ter querido, em Lisboa, derrubar o ministério [gabinete actual], o que é contra as vistas deste governo”, chefiado por Wellington.⁶⁶

64 Martins 1918-19, 1:204; minuta da carta do 2.º visconde de Santarém a D. Miguel, de 03.07.1828, apud Martins 1918-19, 1:216-17. Itálicos meus.

65 Despacho de 2.º visconde de Santarém a Torlade de Azambuja, de 02.08.1829, e Confidencial de Torlade de Azambuja ao 2.º visconde de Santarém, de 13.10.1829. Está assinalado que Santarém lhe respondeu a 5 de Dezembro desse ano, mas tal carta não foi localizada (Correspondência recebida pelo 2.º visconde de Santarém, ANTT, Fundo MNE, Legações, Caixa 553).

66 Martins 1918-19; 2:426; 3:360.

4. De António Ribeiro Saraiva, secretário de legação em Londres, desde 1829, e encarregado de negócios desde a partida do visconde de Asseca de Londres, em 1831. Escreve-lhe Santarém uma longa missiva a 24 de Dezembro desse ano, censurando-o, de forma contida, por não ter aguardado por uma carta sua para eventualmente ser introduzido junto do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Lord Palmerston. O resultado foi o pedido de demissão do cônsul-geral português em Londres, Teixeira de Sampaio; tendo D. Miguel considerado “capciosas e indecorosas” as reclamações de Saraiva. A 7 de Abril de 1833, o representante de D. Miguel em São Petersburgo denunciava ao MNE português que António Ribeiro Saraiva enviara a 22 de Fevereiro uma circular aos representantes da Áustria, Rússia e Prússia acerca de uma conferência que o visconde de Peso da Régua, governador das Armas da Corte e Estremadura, mantivera com o contra-almirante Parker, comandante da esquadra britânica na foz do Tejo.⁶⁷ A 20 de Dezembro de 1833, por fim, Saraiva manteve uma conferência com Lord Grey, primeiro-ministro britânico, propondo uma monarquia temperada para Portugal, com elites miguelistas e liberais fundidas.⁶⁸

5. Do secretário de legação Salvador Correia de Sá (irmão do visconde de Asseca), colocado em Berlim, mas então em trânsito em Paris. O conde da Ponte denuncia, a 17 de Abril de 1833, a sua atitude de vir “em direitura a Braga e não a Lisboa”, sem ordens para tal. Escreveu ao visconde de Santarém sem o respeito devido “a um Conselheiro de Estado e ao Ministro da sua Repartição, que não só é o seu chefe, mas que até, segundo todos os usos diplomáticos, é considerado o chefe dos embaixadores e ministros estrangeiros [com colocação

67 Martins 1918-19, 4:259-62; 5:23 nn. 1 e 38. Tratava-se de uma atitude inaudita e contrária às linhas da diplomacia e da política organizadas e desenvolvidas em Lisboa por Santarém, Cadaval e Peso da Régua; e em Braga e no cerco do Porto, por Lafões e Santa Marta.

68 Saraiva 1847, 5. Constate-se o aparente e desesperado oportunismo de Saraiva em tentar salvar, política e diplomaticamente, uma situação quase perdida em termos militares em 1834, com o estabelecimento negociado de uma monarquia temperada, nem absolutista nem revolucionária, através da aproximação a certos elementos liberais, entre eles José Liberato Freire de Carvalho (Alvim [1855] 1982, XXIV-XXVI).

em Lisboa].” Para além da inverosimilhança de supostas declarações que, na capital francesa, “os ministros das grandes potências [Áustria, Prússia e Rússia]” lhe teriam feito sobre “os princípios das suas cortes em relação à política que iam adoptar”.⁶⁹

Trata-se, no fundo, de uma luta de poder pelas alternativas a Santarém enquanto chefe da diplomacia de D. Miguel, alimentada pelo visconde de Canelas, por António Ribeiro Saraiva e por Salvador Correia de Sá (neste caso, com a concordância do seu chefe directo, o conde de Oriola): ambição de *Jovens Turcos*.

Queda dos elementos moderados; predomínio de militares e ultras na governação

Ao contrário dos anos de 1828-1831 (Março a Junho), época em que o primeiro governo sob D. Miguel era sobretudo constituído por elementos moderados e as promoções no Exército eram raras; a partir de Fevereiro de 1831 (e, sobretudo, da Questão Roussin) e nos anos de 1832 a 1833, são verificáveis ascensões militares por razões políticas, primeiro paulatinas, depois em massa. Em especial, após a evacuação de Lisboa, em Julho de 1833. Alterações na composição do segundo e terceiro governos de D. Miguel, em Junho de 1831 e Agosto de 1833, são igualmente visíveis, no sentido do predomínio de elementos ultra-realistas.⁷⁰

69 Martins 1918-19 5:58-59; 63-66.

70 Protásio 2016b, 164.

Quadro 5:

Promoções e graduações de oficiais superiores
e oficiais-generais do Exército, 1828-1832⁷¹

Data; promoções e graduações	Patentes (com ou sem relevância política)	Funções desempenhadas
26.05.1828, 3 promoções (Voluntários Realistas)	Duque de Cadaval, coronel-general dos Voluntários Realistas, com graduação de marechal-de-campo do Exército. Duque de Lafões e marquês de Pombal, comandantes de brigada (brigadeiros) dos Voluntários Realistas.	Duque de Cadaval, ministro Assistente ao Despacho.
13.06.1828, 1 promoção (Voluntários Realistas)	Jaime Caetano Álvares Pereira de Melo, brigadeiro dos Voluntários Realistas.	Ajudante-de-ordens de Cadaval.
24.11.1828, 1 graduação	João Vieira Tovar de Albuquerque, brigadeiro graduado.	
14.02.1831, 5 promoções	5 novos brigadeiros.	
02.01.1832, 10 promoções e 2 graduações	7 novos marechais-de-campo (2 deles graduados); 5 novos brigadeiros. Com relevância política: António Tavares Magessi, Joaquim Teles Jordão e visconde de Azenha, marechais-de-campo; visconde de Molelos, marechal-de-campo graduado; Raimundo José Pinheiro, brigadeiro.	Raimundo José Pinheiro, governador da Torre de S. Julião entre novembro de 1832 e fevereiro de 1833. Magessi e Molelos, governadores das Armas da Beira Alta e do Algarve.
Outubro 1832, 3 promoções e 3 graduações	Dia 6 , duque de Cadaval, marechal graduado do Exército; dia 22 , conde de São Lourenço, marechal-de-campo; dia 26 , Veiros, marechal graduado do Exército; Póvoas, tenente-general; São João da Pesqueira, tenente-general graduado; visconde de Santa Marta, tenente-general graduado; John Campbell, tenente-general graduado (na reforma); João Vieira Tovar de Albuquerque, marechal-de-campo; João Galvão Mexia de Sousa Mascarenhas, marechal-de-campo graduado.	Cadaval, comandante-em-chefe das tropas da capital e Estremadura. Peso da Régua, governador militar das Armas da Corte e Estremadura (a 26 de Outubro). São Lourenço, ministro da Guerra. Pesqueira e Santa Marta, governadores das Armas de Trás-os-Montes e Minho.
22.12.1832, 1 graduação	José Maria de Sousa Tavares, marechal-de-campo graduado.	Comandante da Guarda Real de Polícia.
Totais anuais: 1828, 4 + 1; 1831, 5 + 0; 1832, 13 promoções e 8 graduações = 31	Total 1828-1831-1832: 22 promoções e 9 graduações (31 alterações), numa média anual de 10,33 .	

71 Carrilho (1856) 2002; Costa 2005, 207; 209; *Coleção* 1828, 58 (26.05.1828):65-67; 11 (13.06.1828):92; *Coleção* 1832, 71:1-2; 75:1; 77 (26.10.1832):1-2; 6.

Quadro 6:

Promoções e graduações de oficiais superiores e oficiais-generais do Exército, Julho-Novembro de 1833⁷²

Data; promoções e graduações	Patentes (com ou sem relevância política)	Funções desempenhadas
<p>Julho de 1833, 9 promoções e 1 graduação (2 portuguesas e 7 francesas): 10 alterações.</p>	<p>Dia 14, conde de Bourmont, marechal-general do Exército, conde de Barbacena, marechal do Exército. Dia 16, barão de Clouet, tenente-general. Dia 21, conde Augusto de la Rochejaquelein, tenente-general. Dia 23, barão de Grival, marechal-de-campo, conde de Almer, marechal-de-campo graduado, conde Luís de Bourmont e Bourdais, coronéis. Dia 30, Bourdais e José António de Azevedo e Lemos, marechais-de-campo.</p>	<p>Agosto de 1833, marechais Barbacena (efectivo) e Cadaval (graduado), marechal-de-campo graduado Sousa Tavares e brigadeiro Lafões afastados da corte, em Coimbra. Cadaval e Sousa Tavares substituídos pelo marechal-de-campo graduado conde de Almer e pelo coronel conde Luís de Bourmont, na chefia das tropas provenientes de Lisboa e à frente da Guarda Real de Polícia. Conde de Bourmont “guindado a quase primeiro-ministro omnipresente”.</p>
<p>Setembro de 1833, 1 promoção.</p>	<p>Dia 13, Reginald Macdonell, tenente-general.</p>	<p>Setembro de 1833, Bourmont substituído por MacDonell na chefia do Exército.</p>
<p>Novembro de 1833, dia 6, 2 promoções e 11 graduações; dia 21, 5 promoções e 6 graduações; num total de 7 promoções e 17 graduações (24 alterações).</p>	<p>Dia 6, visconde de Montalegre, marechal-de-campo efectivo (brigadeiro desde 1823); marquês de Belas, marechal-de-campo efectivo; 11 graduações em marechal-de-campo, das quais se destacam seis novos governadores das Armas: da Corte e Estremadura (Francisco Elisário de Carvalho, substituindo o visconde de Peso da Régua), Beira Alta (João de Gouveia Osório), Beira Baixa (Nicolau d'Abreu Castello Branco), Minho (Raimundo José Pinheiro, substituindo o visconde de Santa Marta), Porto (José Cardoso de Carvalho e Vasconcelos, substituindo o duque de Lafões) e Algarve (José António de Azevedo e Lemos); e o comandante das forças de Leiria (António Joaquim Guedes de Oliveira). Dia 21, 5 novos tenentes-generais efectivos e 6 graduados. Entre os tenentes-generais efectivos, destaca-se António Tavares Magessi. Entre os tenentes-generais graduados, o conde de São Lourenço (ministro da Guerra), João Vieira Tovar de Albuquerque (novo governador das Armas de Trás-os-Montes), João Galvão Mexia de Sousa Mascarenhas (chefe de Estado-Maior interino, ajudante-general do Exército e ajudante-de-ordens do rei), o conde de Almer, o marquês de Belas (irmão das viscondessas de Asseca, da condessa da Ponte e do conde da Figueira) e José António de Azevedo e Lemos, novo governador das Armas do Algarve.</p>	<p>6 e 21.11.1833 – Francisco Elisário de Carvalho, Raimundo José Pinheiro e José Cardoso de Carvalho e Vasconcelos substituem Peso da Régua, Santa Marta e Lafões enquanto governadores das Armas da Corte e Estremadura, do Minho e do Porto. Além disso, outros três novos governadores adicionais das Armas da Beira Alta, da Beira Baixa e do Algarve.</p>
<p>1833, 17 promoções e 18 graduações (35 alterações)</p>	<p>Média semestral: 35 (extrapolando, anual de 70)</p>	

72 Carrilho (1856) 2002; Zúquete 1960, 2:411.

Com a entrada dos liberais em Lisboa, a 24 de Julho de 1833, praticamente sem luta por parte das tropas comandadas pelo duque de Cadaval, a queda política deste é inevitável, e com ela a do irmão (duque de Lafões), do visconde de Santarém e do conde de Barbacena. Assim como dos dois militares que, em Lisboa e no Porto, viscondes de Peso da Régua e Santa Marta, ajudavam na articulação de assuntos militares e diplomáticos com oficiais navais, cónsules-gerais e outros agentes e representantes da Grã-Bretanha e da França. Esse afastamento paulatino, físico e político, ocorre entre Julho e Novembro de 1833. Ao conde de Barbacena, depois de nomeado marechal do Exército, é ordenada a saída da corte, então em Coimbra, em Agosto. O mesmo sucede a Bourmont, marechal-general e titular de várias pastas ministeriais, que ascende e cai dos píncaros do poder em poucos meses. A perda da capital, que vários dirigentes miguelistas terão considerado como secundária, pois bastaria que “El-Rei fosse senhor das províncias do norte para ser soberano de Portugal”,⁷³ resultou no fim da diplomacia de D. Miguel. Ou, pelo menos, da manutenção da correspondência e dos contactos regulares com diplomatas e cónsules-gerais estrangeiros em Portugal, e com os portugueses no estrangeiro, tanto quanto se conhece documentalmente. A evacuação da capital e o insucesso de a retomar, no dia de São Miguel (29 de Setembro), têm pesadas e claras repercussões políticas, governamentais e diplomáticas.

O conde de São Lourenço, a quem o visconde ditara os termos da rendição dos liberais do Porto, caso a mesma ocorresse,⁷⁴ deixa de ter a orientação política de Santarém, que no fundo se estendia a todos aqueles responsáveis militares – Cadaval, Lafões, Peso da Régua, Santa Marta, São Lourenço –, que, com uma determinada estratégia política, tentavam derrotar, militar e diplomaticamente, os liberais.

O visconde de Santarém, sob as ordens de D. Miguel, escreve, em Abril de 1833, as ordens para o chefe-de-esquadra (contra-almirante) e major-general da Armada, António Correia Manuel Torres de Aboim: bloquear a foz do Douro, colaborar com as forças terrestres de São Lourenço e, por fim, seguir para os Açores, munido de um indulto para todos os paisanos e militares.⁷⁵ Porém, ainda

73 Esquecendo-se de que a posse de Lisboa significaria o reconhecimento diplomático de D. Maria II pelas potências europeias (Martins 1918-19, 5:348).

74 Martins 1918-19 5:54-56; 58.

75 Martins 1918-19 5:43; 47-51; Esparteiro 1969, 60.

em Junho, aquela tática não estava concretizada, negociando-se então a vinda de um oficial naval britânico, Henry Algernon Eliot, para substituir Aboim. A ideia era conceder a este um “destino honroso” e combinar o plano de “Eliot com a dignidade dos oficiais da marinha e da brigada”, nas palavras de Lafões, então ainda secretário particular de D. Miguel.⁷⁶ O mesmo duque pede a Santarém que “tenha a bondade de pôr ao facto destas circunstâncias o Sr. Ministro da Marinha [o conde de Basto] e que o predisponha para a vinda de Eliot. *Por quem é, remova V. Ex.^a qualquer dificuldade que haja de parte a parte*”, suplicava-lhe Lafões a 10 de Junho.⁷⁷ Já em 11 de Outubro de 1832 a esquadra naval falhara o bloqueio do Porto e combatera a de Sartorius ao largo de Vigo, mas sem resultados positivos visíveis. Como António Ferrão destaca, as consequências diplomáticas eram potencialmente terríveis, pois a esquadra miguelista entrara no porto de um país neutro – a Espanha – com uma presa liberal, o que abria precedentes graves em termos de “direito das gentes e da neutralidade” e devia ser imediatamente acautelado junto da diplomacia inglesa. E quanto ao comandante da esquadra, o chefe-de-esquadra graduado (contra-almirante) João Félix Pereira de Campos, o visconde de Santarém aconselhava D. Miguel a repreendê-lo por escrito.⁷⁸ Porém, pelo contrário, é efectivado em chefe-de-esquadra e nomeado major-general da Armada a 7 de Março do ano seguinte.⁷⁹ Quanto aos oficiais citados no seu relatório, são promovidos e graduados pelo rei, a 13 de Maio de 1833. Por alguma razão, a 16 de Maio, o cardeal Giustiniani, núncio papal em Lisboa, designava, em carta particular para o visconde, “esse Joan Félix [sic] que, transformado de almirante em cortesão, manteve-se em Braga nos jantares da corte e que não tem nenhuma preocupação

76 Aparentemente, António Ribeiro Saraiva jantara a 25 de Abril de 1833 com “Algernon Eliot”. Já a 2 de Maio, William Carr Beresford, que recusava comandar as tropas de terra de D. Miguel, insistia com Saraiva para a partida imediata de Eliot, para comandar as de mar (Saraiva [1831-88] 1915, 205; 207). De 4 de Maio a 19 de Julho, são quase constantes as referências a Eliot, a Beresford, a Bourmont (que aceita comandar o Exército português) e a Carlos Matias Pereira, encarregado da compra de dois barcos a vapor, nos quais Eliot, oficiais, marinheiros, demais combatentes e técnicos deveriam seguir para Portugal (Saraiva [1831-88] 1915, 208-239).

77 Saraiva (1831-88) 1915, 128-129; 132 (italico meu).

78 Já em 1827, em ofício de 17 de Agosto, do ministro interino da Marinha e Ultramar para o titular do Reino (ambas as funções, curiosamente, desempenhadas pelo visconde de Santarém), era afirmado que “João Félix [Pereira de Campos] serviu sempre bem até que, não tendo merecido aprovação a sua conduta militar, quando comandou a esquadra que foi à Baía nos anos de 1822 e 1823, passou por Conselho de Guerra, onde foi sentenciado à privação temporária de entrar em promoções e de comandar; de cujas penas foi depois relevado por decreto em data de 12 de Janeiro de 1826” (Direcção Geral da Marinha. 1827-28, fols. 45-45v.).

79 Esparteiro (1969, 60) afirma que a nomeação de Pereira de Campos como major-general da Armada apenas ocorre a 14.05.1833, substituindo, precisamente, António Correia Manuel Torres de Aboim.

pela sua esquadra, durante o Inverno”; talvez por isso fosse designado, segundo Rocha Martins, por “*general anfíbio*”. Será, aliás, o chefe-de-esquadra António Correia Manuel Torres de Aboim a comandar a esquadra miguelista vencida e apresada a 5 de Julho, na Batalha do Cabo de São Vicente.⁸⁰

A 17 de Junho de 1833, é assinada uma convenção entre o visconde de Santarém e o capitão-de-mar-e-guerra Henry Algernon Eliot, que terá o posto de vice-almirante (equivalente ao de tenente-general da Armada), ficando assim em posição hierárquica superior ao dos chefes-de-esquadra ou contra-almirantes Pereira de Campos e Torres de Aboim. Ficava entendido que “todas as ordens futuras e comunicações relativas a todos os respeitos ao equipamento e movimentos da esquadra deverão ser feitas [dadas] por” Cadaval ou Santarém. E apesar de, no mesmo dia, o duque escrever ao visconde que “Hoje esteve aqui o conde de Basto, que achou muito judiciosas as reflexões de Eliot”; no seguinte, Lafões falava das dificuldades em ser redigido o decreto de nomeação de Henry Eliot sem que o assunto passasse por Basto. Entretanto, Cadaval queixava-se, a 20 de Junho, que “O estado das tripulações da nossa esquadra é, com efeito, o mais triste possível: *desertam marinheiros, desertam oficiais e os comandantes estão como loucos, porque dizem que querem levá-los ao matadouro e à desonra.*” Mas Eliot não podia, politicamente, assumir o comando da esquadra, repetindo o que, no tempo de Martinho de Melo e Castro, oficiais navais estrangeiros haviam feito: discipliná-la e levá-la “ao maior ponto de aumento e de perfeição”. Nem era possível concretizar o negócio proposto por Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro, de compra de navios a vapor. Dois assuntos cruciais, que os liberais já tinham resolvido. E que iriam fazer pender a balança da guerra civil, decisivamente, a seu favor.⁸¹

A 28 de Junho, em reunião de Conselho de Ministros de D. Miguel, vogando já a esquadra liberal em direcção ao Algarve, ainda se tentava decidir, em Lisboa, o que devia fazer a esquadra de guerra miguelista, comandada por Torres de Aboim. Basto sugeria que não seguisse para o Porto, antes, para o Algarve; o ministro da Justiça secundava-o. Santarém recomendava que de modo

80 Pereira 2011, 104; 106; 107; Monteiro 1989, 87-89; Ferrão 1940, 439-440; Carta do 2.º visconde de Santarém a D. Miguel, de 13.10.1832, apud Martins 1918-19, 4:423-26; Carta do cardeal Giustiniani ao 2.º visconde de Santarém, de 16.05.1833, apud Martins 1918-19, 5:76.

81 Martins 1918-19, 5:135; 138; 143-147; 150 (ítálico meu).

algun se deveria afastar da faixa costeira. A 5 de Julho, dá-se a Batalha do Cabo de São Vicente.

Eliot, que, entretanto, voltara a Inglaterra para se municiar de oficiais, marinheiros, navios e armamento, estava pronto, a 13 de Julho, a partir no barco a vapor *Lord of the Isles*, levando consigo oficiais de Bourmont e parte da sua própria tripulação. A 17, já informado dos acontecimentos, considerava António Ribeiro Saraiva “que a determinação do governo [sic] de mandar sair a esquadra nas circunstâncias actuais e depois de se nos ter mandado fazer os preparativos de que falei, é avaliada, pelos nossos amigos e inimigos, como um erro sem igual”. Saraiva afirmava que a armada saíra “a fim de se entregar a Napier” e que “Se o desastre tivesse sucedido por alguma fatalidade, *pela perda de uma batalha depois de um bonroso conflito, muito embora [menos mal]*; mas deitar a perder tudo isto por erro indesculpável, é uma loucura que nem sequer nos deixa consolação”.⁸² O visconde de Santarém comentará que

Por outra parte, enquanto isto se passava, ocorria [a 1 de Julho] a espantosa tenacidade de fazer sair a esquadra do Tejo, comandada por oficiais portugueses, *alguns dos quais estavam vendidos ao inimigo, como já naquele tempo era notório e hoje [depois de Maio de 1834] tem o inimigo declarado, até, nos seus papéis oficiais. O estado de espírito da oficialidade e das tripulações de alguns navios da esquadra era tal que, mesmo dentro do porto, estavam já em insurreição, como aconteceu com a fragata Cibele, no que [o que] informou o ministro da Marinha em conferência de ministros.*⁸³

A própria proclamação de 29 de Julho de 1833, de Leça do Bailio, de D. Miguel, refere “os esforços dos seus agentes [dos liberais], empregados constantemente em seduzir; a venalidade corrompeu muitos dos oficiais e mais tripulação da Minha esquadra, *que mandei sobre as águas do Algarve*, da qual com a maior perfídia, e sem valor algum, dela se apossara.”⁸⁴ Ou seja, embora mencione a suposta venalidade de oficiais e tripulações, o rei assume a ordem de fazer sair a esquadra da capital e de enviá-la para o Algarve, não falando da existência de um combate, hoje documentado, mas sim de uma conquista ou entrega, malévola e destituída de valor, da esquadra miguelista pelos (e aos) liberais. António Ribeiro

82 Martins 1918-19, 5:172; 194; 231-233.

83 Martins 1918-19, 5:357.

84 *Crónica Constitucional de Lisboa* 1833, 15:65-66.

Saraiva confirmará, muitos anos depois, que “a esquadra miguelista saíra do Tejo porque em Lisboa se recebeu ordem de Braga que saísse directamente antes que *chegasse* Eliot”.⁸⁵

Temas fracturantes e agregadores entre ultras e moderados

Uma das temáticas centrais do período foi a das Cortes tradicionais de 1828: desnecessárias, para alguns elementos da magistratura e dos panfletários miguelistas ultras ou de linha dura, como José Ribeiro Saraiva ou Frei Faustino José da Madre de Deus; mas não para outros, como Leite de Barros (Basto), Furtado de Mendonça e António José Guião. O conhecimento da história do direito tradicional das Cortes levou a que se decidisse por essa opção, apesar da aclamação das câmaras municipais e da nobreza, a 25 de Abril de 1828. A vinda de D. Miguel constituiu uma coalizção, como as de 1820 (vintismo) e 1823 (Vila-Francada); mas como todas as coalizções, também esta se foi lentamente esboroando.

Se nos ativermos aos problemas estruturais e conjunturais do reino português no primeiro terço do século XIX – das finanças, do Exército, da Armada e da diplomacia, desfalcados de disciplina e de chefias eficientes – percebemos o cenário que ajuda a explicar a derrota da causa de D. Miguel e a desagregação do pacto tácito entre moderados e ultras de 1828 em diante. A diplomacia e a guerra, em terra e no mar, foram afectadas pela falta de fundos, de disciplina e de coesão entre as lideranças, por vezes da mesma cor política. Por exemplo, o visconde de Asseca teve de deixar Londres em 1831, e a partir daí António Ribeiro Saraiva lançou-se numa espiral de iniciativas isoladas a que outros *empregados* diplomáticos se associaram, como vimos. Só mediante a análise técnica, por parte de um historiador da economia, das finanças do período e da política de empréstimos desenvolvida poderemos ter certezas mais fundamentadas,⁸⁶ mas se pensarmos que o ministro da Fazenda, o conde da Lousã, era – também ele – um ex-militar,⁸⁷

85 Saraiva 1885.

86 Para tal existem fontes abundantes, entre as quais Viana 1891, 207-41; Ferrão 1940, 169-76 (neste caso, com as devidas reservas, devido a ser uma obra com pouca ou nenhuma isenção ideológica).

87 Que se demitira do Exército, em 1808, com a patente de tenente-coronel (Castro 2002, 1:601).

com alguma experiência diplomática e que fora presidente do Real Erário em pleno vintismo (1821), provavelmente teria competências para gerir os negócios financeiros do reino. Porém, é o seu parente, o visconde de Santarém, quem é considerado, em Junho de 1833, traidor por Beresford, “Wellington e outros grandes Tories” devido à falta de pagamento regular de ordenados e despesas da legação londrina, sobretudo as de António Ribeiro Saraiva.⁸⁸

Esta é uma questão decisiva: será que podemos falar de mera incompetência técnica; ou de traição e bloqueios intencionais, por parte de funcionários das várias estruturas (ministérios, Exército, Armada, diplomacia)? Em 1827, quando ministro do Reino, o visconde de Santarém pediu às instituições que lhe estavam subordinadas mapas histórico-estatísticos, não lhe respondendo muitas delas. Nessa altura, sugeriu para a pasta da Fazenda o marquês de Borba, com vários anos de experiência no Erário Régio (1809-1818); Lousã, menos experiente, fora então o primeiro na lista de convites do visconde.⁸⁹

Por outro lado, desde 1827 que não havia um ministro titular da Marinha que fosse oficial da Armada;⁹⁰ não tinha obrigatoriamente de o ser, pois nessa mesma altura, o visconde de Santarém, quando convidado a ser ministro do Reino, propôs o conde da Lapa, diplomata experimentado, membro do Conselho Ultramarino e sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa.⁹¹ A Comissão de Estudos da Defesa da Barra, constituída em 1831, após a Questão Roussin, integrava dois chefes-de-esquadra (contra-almirantes), António Torres de Aboim e José Maria Dantas Pereira, publicando este as suas reflexões em 1833.⁹² Mas a verdade é que se o Exército fora disciplinado por Beresford até 1820 (o que ocasionara a adesão de muitos militares à Revolução Vintista), o mesmo não sucedera à Armada portuguesa desde os finais do século XVIII. Há quem afirme que a saída da esquadra miguelista da barra do Tejo, a 1 de Julho de 1833, se deveu a não querer ser comandada pelo capitão-de-mar-e-guerra Henry Eliot, com

88 Saraiva (1831-88) 1915, 1:231 (s.v. 17.06.1833).

89 Santarém 1827, maço 1, fol. 14-maço 2, fol. 23 et seq. maço 4, fols. 37-39, 45-48.

90 O chefe-de-esquadra António Manuel de Noronha, em 1826-1827 (Castro 2002, 2:320).

91 Castro 2002, 1:57.

92 Pereira 2005, 1:107; Castro 2002, 1:709; Andrade 1833. Sobre José Maria Dantas Pereira de Andrade (1772-1836), ver Pereira 2005, 1:24-26.

ordens para a reformar.⁹³ De forma bizarra, António Torres de Aboim pedirá a libertação de dois oficiais sob as suas ordens, “por terem combatido coagidos, na esquadra miguelista.”⁹⁴ O ministério, entregue a um desembargador do Paço (conde de Basto), e a um chefe-de-estado-maior naval (major-general da Armada) caricaturado como *almirante anfíbio*, impediriam a reversão da (des)ordem da Marinha de Guerra de D. Miguel. Chefes-de-esquadra como Dantas Pereira, secretário perpétuo da Academia das Ciências, e o conde de Porto Santo, antigo diplomata e ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, poderiam constituir alternativas credíveis.

As rivalidades ocorriam também no Exército. Em conjunto com a inexperiência/ineficácia das lideranças militares, a ausência de treino, a irregularidade de pagamento de soldo, a escassez de fornecimento de equipamentos e a heterogeneidade das tropas.⁹⁵ Daí advinha, como consequência, a falta de confiança no valor dos subordinados e a tremenda dificuldade em alcançar os objectivos estratégicos planeados. Tal como a Terceira permaneceu sempre liberal, o mesmo sucedeu com o Porto, após 1832. Já vimos como, em 1831, a tensão São Lourenço-Barbacena ajuda a explicar a derrota e tomada de parte da esquadra por Roussin. A partir deste momento, segundo o historiador naval Saturnino Monteiro, a perda de dez navios facilitou a conquista do arquipélago dos Açores pelos liberais e o bloqueio da foz do Tejo em 1832, sendo provavelmente baixo o grau de operacionalidade da armada miguelista “e parte apreciável das suas guarnições era favorável a D. Pedro”.⁹⁶ Diz-nos o historiador militar David Martelo que Póvoas e Santa Marta falharam aquando do desembarque das tropas liberais em 1832, e que as sucessivas mudanças de chefia no cerco do Porto (Ponte da Régua-Santa Marta-São Lourenço-Bourmont) provam a incapacidade para desalojar as tropas pedristas da Cidade Invicta.⁹⁷ Vasco Pulido Valente

93 Monteiro 1989, 92.

94 Pereira 2011, 107. Monteiro (1989, 97) afirma que os marinheiros da *D. João VI*, perante a aproximação de duas fragatas liberais, “recusaram-se a combater e obrigaram [António] Torres de Aboim a arriar a bandeira”; que “Alcançada cerca das dez da noite, a *Martim de Freitas* rendeu-se sem oferecer resistência”; e que três corvetas e dois brígues tiveram uma participação quase nula: “Logo que viram as coisas mal paradas arribaram e pusera-se em fuga.” O mesmo autor realça que “Na prática, a esquadra liberal era uma esquadra inglesa” (Monteiro 1989, 91). O número de mortos (28 liberais, 78 miguelistas) talvez possa ser explicada pela experiência desigual de combate (Monteiro 1989, 97).

95 Pulido Valente 1997, 107; 109-110; 115. A brutalidade das condições dos soldados é bem descrita, na primeira pessoa, em Lima (1925).

96 Monteiro 1989, 83; 85; 87.

97 Martelo 2001, 59-61. Já agora, acrescente-se que a afirmação deste historiador militar, que Santa Marta

fornece-nos um relato conciso e informado sobre os combates de 1832 ao redor da capital nortenha, referindo a tática defensiva de Santa Marta, a inexistência de coordenação Póvoas-Santa Marta num comando estratégico único e a própria mentalidade de Póvoas, que, segundo Luz Soriano, “não desejaria fama matando compatriotas”. Além disso, estes dois chefes militares não teriam confiança absoluta nas suas tropas, o que aliás será uma das razões pelas quais os conselheiros de Cadaval lhe indicarão a necessidade de evacuar Lisboa.⁹⁸ As narrativas coevas, breve a de Póvoas e longa a de Francisco de Paula Ferreira da Costa, são ambas pouco abonatórias para Cadaval, queixando-se o primeiro que ia ficando prisioneiro dos liberais, na madrugada de 24 de Julho, e o segundo que o arcebispo de Évora, D. Frei Fortunato de São Boaventura, também não foi avisado da invasão iminente. E que a indecisão do duque sobre a forma de organizar as tropas em fuga da capital foi retribuída pela fúria dos soldados perante a saída intempestiva e inconsequente de Lisboa. Francisco de Paula Ferreira da Costa deixa no ar a dúvida de que o “Duque ou era traidor ou foi enganado [por quem o aconselhou a evacuar a cidade], sendo por isso um fracalhão e um asno completo”. Esse era o contraste entre um homem da primeira aristocracia, mas incapaz, aparentemente, de tomar decisões ao mais alto nível estratégico,⁹⁹ e outro, calejado, mas nem por isso mais vitorioso militarmente: Joaquim Teles Jordão, que o editor João Palma-Ferreira designa, com alguma justiça, como “Beato, ignorante e caserneiro brutal”.¹⁰⁰

Uma alteração clara surgiu quando homens com experiência governativa (como o visconde de Santarém e o duque de Cadaval) saem de cena e são substituídos, aquando do terceiro governo de D. Miguel, a partir do Verão de 1833, por magistrados e clérigos como os doutores António José Guião (desembargador e padre) e Cândido de Figueiredo e Lima (lente e freire da Ordem de Avis).¹⁰¹ Se,

“aderiu à causa constitucional, pondo a sua espada ao serviço da rainha D. Maria II” (Martelo 2001, 60), não deverá ser confundida com a rendição antes da convenção de Évora Monte, o que sucedeu com muitos oficiais-generais de D. Miguel, entre eles Barbacena, Peso da Régua, Póvoas, São João da Pesqueira e o próprio Santa Marta, de acordo com Carrillo ([1856] 2002, 90).

98 Pulido Valente 1997, 107-116.

99 Recorde-se que o duque nunca assentou praça, o que não o impediu, por razões políticas, de ser graduado em marechal-de-campo e em marechal do Exército.

100 Palma-Ferreira (1833-34) 1982, 21; 26; 28; 29 n. 4; 31; Soriano 1882-90, 7:548-50 et seq.

101 António José Guião foi juiz auxiliar no processo de Gomes Freire de Andrade, membro da Junta Régia de 18.06.1823 (Hespanha 1982, 88 n. 42), membro da Junta Preparatória da Reunião das Cortes de 05.06.1824,

em 1828, Santarém exclamava “Deus nos livre dos desembargadores regularem a política dos Estados”, quando tal sucede, em 1833, uma carta particular dirigida a Guião demonstra-nos a cordialidade e, mesmo, alguma familiaridade com o novo ministro do Reino e da Fazenda.¹⁰²

Independentemente das intenções de moderados e ultras quanto à aplicação da justiça aos *inimigos do Estado e do rei*, o historiador António Monteiro Cardoso (1950-2016) contribuiu com uma visão estruturada e quantitativa sobre os processos judiciais e prisionais das Alçadas. Indica claramente o número de supliciados como forma de punição em três dos mais publicitados actos de *rebelião* por parte dos liberais: o assassinato político dos representantes da universidade pelos Divodignos, em Março de 1828; a revolta portuense de Maio de 1828, que desembocou na Belfastada; e a revolta do brigadeiro Moreira Freire, em Janeiro de 1829, que foi, respectivamente, de nove estudantes, 12 dirigentes e cinco militares, num total de 26 indivíduos. Não deixa, contudo, de demonstrar o aspecto qualitativo da questão e as respectivas implicações:

A execução destas penas, acompanhada de todo o cerimonial macabro previsto nas ordenações [*Ordenações Filipinas*], veio conferir uma imagem de barbaridade sanguinolenta¹⁰³ ao regime miguelista aquém do que os ultras exigiam e do que decerto sucederia se o julgamento incumbisse a comissões militares como as que funcionaram em Espanha em 1824 e 1825 e que viriam a ser introduzidas por D. Miguel em 1831, com resultados bem mais sangrentos. Porém, a maior parte dos pronunciados nunca chegou a ser julgado, ficando preventivamente presos até ao final do domínio miguelista, uma vez que se entendeu que a concessão de liberdade provisória era inadmissível nos crimes contra a Augusta Pessoa e contra o Estado.¹⁰⁴

chanceler das Ordens, procurador da Fazenda, membro da Junta Eleitoral Preparatória de 13.03.1828. Esteve presente na reunião alargada de Conselho de Estado de 02.05.1828 sobre a convocação das Cortes e nas Cortes de Lisboa de 1828. Foi chanceler (ou regedor das Justiças) da Casa da Suplicação em 1831, ministro do Reino, da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros em 1833-1834, continuando a seguir D. Miguel no exílio, segundo Mónica (1997, 576). Ver, igualmente, Subtil (2010, 94). Cândido Rodrigo Alves de Figueiredo e Lima (1782-1851), nascido no Brasil, foi bacharel, licenciado e doutor na Faculdade de Leis (1812 e 1814), integrou o Batalhão Académico (chegando à patente de major), foi lente em Coimbra entre 1818 e 1834, freire diácono da Ordem de São Bento de Avis e ministro do Reino e da Fazenda antes de Guião. Exerceu funções de deputado das Cortes Constituintes vintistas. Trocou abundante correspondência com António Ribeiro Saraiva entre 1844 e 1851, já depois de Évora Monte, que foi publicada por Alvim (1985, 41-182). Ver Alvim 1985, 265-68; Castro 2002, 1:806-8.

102 Correspondência enviada pelo 2.º visconde de Santarém a António José Guião, VI-3.ª D-2-1-9-87, carta de 24.09.1833.

103 Ver em Torgal (2016, 32-33; 41) a referência à pena de cabeças e mãos decepadas, aplicada a três dos estudantes, os quais teriam “tomado parte mais activa e cruel na agressão.” O valor propagandístico dessas penas e dessas imagens era fortíssimo na Europa coeva.

104 Cardoso 2007, 260 (ítálico meu).

Assim, António Monteiro Cardoso explica-nos como a própria natureza penal e prisional das Ordenações Filipinas (impossibilidade de liberdade provisória para crimes políticos), bem como a incapacidade da alçada para julgar cerca de 10 000 processos,¹⁰⁵ resultou em que a maioria das prisões preventivas se estendesse durante todo o reinado de D. Miguel, aguardando que “a alçada decidisse a sua sorte”. A incapacidade de acondicionar tantos presos políticos significou, desgraçadamente, a degradação das condições de vida e a morte de muitos homens ilustres da política, da jurisprudência e do exército liberais, como Pedro de Mello Breyner, o conde de Subserra, Manuel Borges Carneiro e o general Claudino Pimentel. Refira-se que Monteiro Cardoso tem o cuidado de distinguir entre a crueldade de “alguns carcereiros e das tropas encarregadas da guarda às prisões” e o uso legal de tortura ou maus tratos como forma de levar à confissão, que sucedera com os presos do Santo Ofício.¹⁰⁶

Por fim, as depurações de empregados públicos e de militares durante o regime miguelista eram próprias de uma época em que os inimigos não se toleravam uns aos outros: aquando do primeiro cartismo (1826-1828), o general conde de Saldanha fizera-o, com as Archotadas sucedera o mesmo (em sentido contrário) e de novo, em sentido liberal, com a Revolução de 1834. O que não era impeditivo que miguelistas moderados, como o visconde de Santarém, lamentassem, *a posteriori*, a demissão dada a académicos e funcionários, como Marino Miguel Franzini ou Mateus Valente do Couto, “Medida estupidíssima do Ministro Leite” de Barros, conde de Basto.¹⁰⁷

105 Em 1835, terão sido contabilizados 8247 pessoas pronunciadas (Cardoso 2007, 240). Em Lima (1967, 572-73), são identificados 1400 nomes, mas não contabilizados os pronunciados pela Alçada do Porto. Oliveira Martins ([1881] 1981, 1:172) indica os mesmos 8247 pronunciados. Lousada et Ferreira (2006, 133) referem mais de 8000 pronunciados. Lousada et Monteiro (1982, 179, nn. 21 e 27) identificam as fontes de informação dos 8247. Lousada (2014, 98) repete o número de 8247 pronunciados num total aproximado de 14 000 acusados.

106 Cardoso 2007, 260-61.

107 Cardoso 2007, 207; 262-66; 2.º visconde de Santarém 1914, 109-110; Castro 2002, 1:663 et seq.

O reforço intolerante de um Estado: universidade, academia, censura, Companhia de Jesus e imprensa sob D. Miguel

A situação escolar da Universidade de Coimbra foi, neste período, altamente agitada; se é verdade que o assassinato dos lentes trouxe a instituição para o centro do debate ideológico, há várias décadas que a universidade não vivia uma existência tranquila, embora não se chegasse ao extremo de a encerrar por largos períodos (exceptuando aquando das Invasões Francesas). Rómulo de Carvalho diz-nos que “O estado da Universidade de Coimbra nas vésperas da reforma pombalina [1772] era calamitoso. Dele nos fala o reitor D. Francisco de Lemos quando, em 1777, redigiu um documento importantíssimo para dar conta a D. Maria I do que se passara na universidade durante os últimos tempos da governação de Pombal”. Os sucessivos reitores-reformadores, de 1772 a 1827,¹⁰⁸ conheceram muitas dificuldades na imposição de disciplina que evitasse a “relaxação’ dos costumes” morais, políticos e religiosos dos estudantes. As Invasões Francesas (1807-1811) e a criação do Batalhão Académico “organizado como corpo militar distinto” não só interromperam o curso normal das aulas (com o encerramento da universidade), como aumentaram a politização do corpo dos estudantes.¹⁰⁹ Em 1818, é impresso o poema *O Reino da Estupidez*, que circulava manuscrito desde a década de 1780 e que, segundo Rómulo de Carvalho, “tem valor histórico por assinalar o baixo nível a que a universidade então chegara, concordante com o que se documenta por outras vias”. As Cortes vintistas, em Fevereiro de 1821, reconheciam que a “Universidade de Coimbra está relaxada e não devemos ajudá-la a relaxar mais”. Mas mesmo assim, a pedido dos estudantes, a instituição é mandada encerrar e determinou-se que os exames se efectuassem no princípio do ano seguinte – desconhece-se se civil, se lectivo.¹¹⁰ Algo de semelhante sucedia em Espanha, a 24 de Setembro de 1823, com o restabelecimento dos planos de estudos de 1771.

108 D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho (1772-1779 e 1799-1821), Príncipe Mendonça (D. José Francisco Miguel António de Mendonça, 1779-1785), Príncipe Castro (D. Francisco Rafael António de Castro, 1785-1799), D. Francisco de São Luís (1821-1823) e Príncipe Mendonça (D. Diogo de Castro de Rio Furtado de Mendonça, 1823-1827).

109 Desta politização também fala Cardoso (2007, 254; 259).

110 Carvalho 1986, 462-463 e n. 48; 482; 503; 505; 505 n. 22; 523; 542; Patrício et al. 2001, 15.

Mais tarde, após a revolução francesa de 1830, seria ordenado – mas não cumprido – o fecho das universidades durante dois anos.¹¹¹

Não é, por isso, de estranhar que, em 1828, o visconde de Santarém, referindo-se aos três meses em que foi ministro do Reino (1827), fale da universidade do seguinte modo:

A todos é patente o estado de desordem em que existe este primeiro estabelecimento literário do Estado, a insubordinação dos estudantes, as doutrinas subversivas que propagavam e a muita ignorância dos seus princípios que reina naquele estabelecimento, actualmente. Além de outras causas, que demandavam uma reforma e a maior vigilância [por parte] de um governo estável, amigo da ordem, sustentador da Religião e do Trono.¹¹²

Ouvindo, em Junho de 1827, os pareceres do intendente-geral da Polícia (o barão de Rendufe) e do barão de Sande, “que ali tinha residido como lente largos anos”; e dada a morte recente do reitor Principal Mendonça, propôs o visconde, primeiro, para tal função, o Dom Prior de Guimarães. Voltando, porém, atrás na decisão, “pela sua demasiada afabilidade”,¹¹³ mandou sondar o bispo de Viseu, que “não quis de modo algum aceitar” tal nomeação. Aliás, diga-se que a universidade não conheceu reitor entre 1827 e 1841.

Embora datado de Março de 1828, o manuscrito do visconde de Santarém não se refere ao assassinato dos lentes de Coimbra pelos Divodignos, ocorrido a 18 daquele mês. A situação da universidade passa a agudizar-se drasticamente, com a alçada judicial consequente. Já no Verão anterior, o visconde, a propósito da questão das promoções dos professores, juntava documentação vária e tratava de “empregar uma comissão particular de pessoas entendidas; e depois de haver, previamente, obtido as informações secretas necessárias acerca [da] morigeração e princípios dos propostos; para, com mais pleno conhecimento de causa, as fazer decidir.”¹¹⁴

É, assim, natural que algo de semelhante se viesse a passar com a regência e o reinado de D. Miguel. Tratava-se de uma questão de ordem civil e política,

111 Fontana 2007, 121; 2006, 324.

112 2.º visconde de Santarém 1827, maço 2, fols. 23-28.

113 O visconde designa-o do seguinte modo: “unia ao muito conhecimento que tinha daquele estabelecimento o ser um fidalgo de 1.ª ordem, e provado realista, profundamente instruído, tendo ali mesmo [em Coimbra] regido uma cadeira” (2.º visconde de Santarém 1827, maço 2, fol. 27). O dito clérigo esteve envolvido na conspiração da Rua Formosa, de 1822.

114 2.º visconde de Santarém 1827, maço 2, fols. 27-28.

sendo a universidade uma base de recrutamento de funcionários régios, leigos e eclesiásticos. A 9 de Agosto de 1828, o rei D. Miguel ordena que tanto a Universidade de Coimbra quanto as escolas menores ficassem sujeitas ao reformador-geral dos Estudos do Reino e Seus Domínios, que seria o mesmo bispo de Viseu que recusara, no ano anterior, a nomeação como reitor. Em 1828 e 1829, por causa da acção dos Divodignos, 457 estudantes “foram mandados riscar da Universidade de Coimbra”. Em 1829, a instituição estava fechada, escrevendo D. Miguel, em Março, que as aulas reabririam em Outubro. Em Setembro de 1831, possivelmente por causa da demissão do bispo de Viseu de reformador-geral dos Estudos e da sua substituição pelo arcebispo de Évora, D. Frei Fortunato de São Boaventura, sucede o mesmo, até ordem em contrário. Em Junho de 1832 – mês em que ocorre o desembarque dos bravos do Mindelo –, prevê-se o reinício das aulas para Outubro. Porém, Luís Reis Torgal afirma que os anos lectivos em que efectivamente houve aulas foram os de 1829-1830 e de 1830-1831, com “pequeno número de escolares”, apenas sendo a universidade reaberta em 1834. Entretanto, a 30 de Agosto de 1832, é reintroduzida a Companhia de Jesus em Portugal, à qual é entregue o Colégio das Artes, em Coimbra. Relembre-se que Frei Fortunato, defensor dos jesuítas na imprensa, fora ali professor.¹¹⁵ A politização da vida universitária portuguesa e consequente repressão pelo Estado miguelista, nos anos de 1827 a 1834, coincide com o período que Jean-Claude Caron designa por “As escolas em revolução” (1828-1834). Na França de 1828, o regresso ao ensino de Cousin, Guizot e Villemain na Sorbonne, e de Daunou no Collège de France, bem como a ordenança régia que proíbe o ensino aos jesuítas e a organização de associações de estudantes constituem factos que alimentam um espírito contestatário antes e depois das jornadas de Julho. Naturalmente que o regresso, ainda que modesto, dos jesuítas a Portugal, a depuração dos corpos docente e discente e a censura da imprensa marcam a antítese dessa situação.¹¹⁶

Na Academia das Ciências de Lisboa, durante a regência e o reinado de D. Miguel, apesar do exílio de muitos correspondentes e sócios, mantêm-se as sessões académicas, constituindo a instituição uma espécie de *espaço neutro* para

115 Carvalho, 1986, 541-44; Torgal 2016, 17-18.

116 Caron 1991, 283-351 (especialmente 284).

as lutas ideológicas que decorriam. O vice-secretário em exercício é Manuel José Maria da Costa e Sá, um miguelista. Porém, Costa e Sá vai permanecer na Academia *reformada* de 1834. Manuel José Pires, presente em sessões de Janeiro e Outubro de 1828, será director da classe de Ciências Naturais também em 1834. Fortunato José Barreiros, capitão de artilharia excluído das listas do exército de D. Miguel em 1833 e 1834,¹¹⁷ está igualmente presente de 1828 a 1830. Outros liberais, como Marino Miguel Franzini, Mateus Valente do Couto (e seu filho, António Dinis de Couto Valente), bem como o erudito Francisco Ribeiro DosGuimarães e o polígrafo José Acúrsio das Neves, participam também da vida da Academia; é lida uma memória do barão de Eschwege, coronel de engenharia, entretanto saído do reino e também excluído do exército miguelista. Ainda em 1831, Joaquim José da Costa de Macedo, futuro secretário perpétuo, é membro activo da Academia até ser preso no Limoeiro, durante dois anos. Nesse período, Dantas Pereira e João Pedro Ribeiro publicam comunicações na colectânea *História e Memórias* e na impressão da Academia, embora Ribeiro não se demore muito tempo na capital, após a chegada de D. Miguel. Mas na lista de membros continuam a constar, conforme notará, anos depois, o visconde de Santarém, enquanto sócios honorários, efectivos e livres, e até como correspondentes da Academia, figuras como o conde do Funchal (opositor de D. Miguel); Barbosa de Magalhães, ex-ministro da Justiça (deportado para Abrantes); o conde de Subserra (preso em São Julião da Barra); Frei Francisco de São Luís (encerrado no Convento da Serra de Ossa); e mesmo José Liberato Freire de Carvalho (emigrado). Estas presenças e lista de membros terão maior significado do que a escassa produtividade impressa da Academia, referida por António Ferrão. A qual, aliás, se vai manter durante toda a década de 1830 e de 1840.¹¹⁸

Quanto à imprensa e impressão régia de obras, foram utilizadas pelos miguelistas como armas de propaganda. É assim que o intendente-geral da Polícia encomenda, em 1828, a José Agostinho de Macedo, a tradução de um livro cujo título, em português, será *Refutação do Monstruoso e Revolucionário Escrito Impresso em*

117 Carrilho (1856) 2002, 53; 55.

118 Paixão 1967, 21-27; 2.º visconde de Santarém 1914, 109-10; Ferrão 1940, 157-158; Castelo Branco (1861) 1863, 166.

Londres Intitulado “Quem é o legítimo rei de Portugal”..., distribuído em Londres pelo visconde de Asseca. Que é empregue, na mesma capital, o publicista António Ribeiro Saraiva (1829), mantendo contacto com William Walton e com o barão de Bordigné, autores a quem eram solicitados e/ou pagos textos favoráveis a D. Miguel. Que o *Manifesto de Sua Majestade Fidelíssima...*, de 1832, foi redigido anonimamente e financiado por João Paulo Cordeiro, tendo por autor o visconde de Santarém e distribuição e impressão internacionais. Porém, como cita Maria Alexandre Lousada, José Agostinho de Macedo defenderia: “Quer o Mundo paz? Não tenha periódicos.” O mesmo Macedo vai dialogar/polemizar com Joaquim José Pedro Lopes e com Frei Fortunato de São Boaventura (sendo mesmo censor de alguns periódicos deste).¹¹⁹ Quando o visconde de Santarém, a 14 de Junho de 1831, discursou perante o rei, lendo um relatório intitulado *Observações Feitas a El-Rei sobre o Folheto de Heliodoro que Tem o Título = Algumas Palavras*, afirma taxativamente:

Não existe hoje no mundo um só homem de Estado bem-intencionado e que deseje a conservação da ordem social, da religião e dos tronos, que não abomine a liberdade de imprensa. Que não reconheça que a publicação de escritos políticos, por mais bem dirigidos que sejam, quando são publicados em matérias de Estado por homens ignorantes delas e das verdadeiras conveniências dos gabinetes, conduzem os povos à anarquia, as diversas classes de Estado às resistências aos governos e que animam os intrigantes e ambiciosos a uma conjuração puramente contra a autoridade soberana, mascarando-a quase sempre com os sagrados objectos do bem do soberano e da pátria.¹²⁰

Estas frases do ministro dos Negócios Estrangeiros dirigidas ao seu rei devem ser contextualizadas: o Heliodoro em causa é Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro, encarregado de negócios (oficioso) em Estocolmo e autor da obra *Algumas Palavras em Resposta ao que Certas Pessoas Têm Dito e Avançado acerca do Governo Português, com Algumas Observações tanto a respeito do Estado Actual de Portugal e da Europa como da Extravagante e Inesperada Conduta do Governo Inglês para com Portugal*, conforme se lê na segunda edição, de 1832 (a primeira é de 1831). Na advertência, informa o autor que o livro, impresso em Londres, fora proibido em Portugal, suplantando a procura três vezes a oferta, pelo que agora procedia a uma nova

119 Lousada et Ferreira 2006, 154-56; Braga 1900, XXVIII-XXXVIII, 5; 46-48; 91-131 (inclusive, insurgindo-se contra a ideia da reintrodução da Companhia de Jesus).

120 2.º visconde de Santarém 1831, fols. 1-2 (itálicos meus).

edição, “corrigida e aumentada de um apêndice que contém observações e factos relativos aos acontecimentos sucedidos depois da primeira edição”. Ora se para o visconde de Santarém já eram graves, como se viu, as decisões dos diplomatas sob as suas ordens, baseadas no respectivo livre-arbítrio pessoal ou concertadas com outros colegas (e não nas ordens emanadas de Lisboa), imagine-se o que significava a publicação de um livro acusatório dos sucessivos governos britânicos, anónimo, mas de autoria facilmente identificável. Ficava, assim, reforçado o poder do boato político de que nos fala António Monteiro Cardoso, muitas vezes antecipatório de acontecimentos reais (*self-fulfilling prophecy*) e de outras formas de pressão da opinião política numa sociedade censurada. Os periódicos permitidos, ao serviço do governo, sob a pena de Macedo, São Boaventura e também de Alvito Buela Pereira de Miranda, são um exemplo, assinalado por Maria Alexandre Lousada e Fátima Sá e Melo Ferreira, de um “patriotismo contra-revolucionário e um nacionalismo populista de direita *avant la lettre*.”

Outra evidência foi a organização do Corpo dos Voluntários Realistas (“uma espécie de guardas nacionais realistas”), a 26 de Maio de 1828, com 12 000 homens, corpo esse que, apesar de dividido em dois batalhões chefiados pelo duque de Lafões e pelo marquês de Pombal, constituiu pouco mais do que tropas que “militarmente pouquíssimo valiam”, “fomentadores de intrigas e . . . perigosos factores de desordem”. Foi estabelecido para “coadjuvar as autoridades na perseguição dos pronunciados nas devassas”. Em 1829, tentaram os Voluntários Realistas o derrube de Cadaval e de Santarém do governo; e, em 1832-1833, criaram as lendas das traições de Peso da Régua e de Santa Marta, conseguindo as destituições das chefias então exercidas. Além de, em tempos de paz, serem mais uma fórmula de intimidação caceteira e xenófoba.¹²¹ Não se tratou de um acto restrito a Portugal. A 10 de Junho de 1823, foi formado em Espanha o corpo de voluntários realistas, “*un cuerpo de policía local*” com a função de intervir em incêndios, “*quimeras*” e qualquer forma de desordem popular. Espécie de exército paralelo, constituído por “homens de bem” (pelo menos ao nível de oficiais), chegaram a ser quase

121 Lousada et Ferreira 2006, 156; Ferrão 1940, 613; Cardoso 2007, 230-31; Cardoso 2009, 112 n. 12; França 1984, 494; Ferreira 2014, 120; Soriano 1882-90, 2 (2):325.

300 000 em 1832. Oneravam as finanças locais e actuavam com uma “*violencia incontrolada*”, constituindo “*una alianza bien peligrosa de un realismo exaltado y del espíritu democrático más bajo*”.¹²²

Conclusões

No presente estudo, num intuito prosopográfico, elencaram-se nomes, percursos de vida e posicionamentos ideológicos de ultra-realistas e de realistas.¹²³ Recorrendo a vários ramos da história, aproximaram-se objectos analisados por autores de temas políticos, diplomáticos, do Exército, navais e generalistas. Trata-se de uma primeira tentativa de sistematizar dados para um eventual dicionário de figuras do tempo de D. Miguel, regente e rei.¹²⁴ Como é lógico, permanece muita informação por analisar, referente a este período. Os exemplos dos historiadores invocados devem incitar-nos a repensar, reformular e integrar todas estas questões, biográficas, prosopográficas e técnicas.

Os principais temas que dividiram ultras e moderados foram as Cortes de Lisboa de 1828, o retorno da Companhia de Jesus em 1829, o grau de implacabilidade ou de compaixão aplicados nas alçadas judiciais e nos campos de batalha da guerra civil, o modo de reformar os estudos universitários e de manter a universidade em funcionamento ou encerrada. Não é clara a hierarquização desses factores; são cumulativos e contemporâneos, não sucessivos e encadeáveis, para já, como causa-efeito. Conforme o radicalismo ou conservadorismo das chefias, governamentais, diplomáticas, militares e navais, assim sectores específicos das elites defendiam ou atacavam líderes e funcionários dessas diferentes áreas socioprofissionais, raras vezes atribuindo qualidades e defeitos técnicos independentemente de posicionamentos ideológicos. Os sectores moderados foram influenciadores do poder do Estado, enquanto a perda da esquadra, com a Questão Roussin (1831), a evacuação de Lisboa (Julho de 1833) e o fim do

122 Fontana 2006, 113-118.

123 Segundo as designações empregadas pelo visconde de Santarém em 1827.

124 E não do período de mais de 40 anos em que foi politicamente activo, de 1823 a 1866.

projecto irrealista de a reconquistar (a 29 de Setembro) não significaram, por um lado, a massificação das graduações e promoções de oficiais-generais do exército ultra-realista, por outro, a equivalente entrada de magistrados nos governos de Setembro de 1833 e de Maio de 1834: António José Guião, Cândido de Figueiredo e Lima e Francisco José Vieira.¹²⁵ O ministério da Marinha foi extinto em Agosto de 1833, pois com a derrota da Batalha do Cabo de São Vicente, a armada de guerra de D. Miguel desapareceu. O visconde de Santarém manteve-se em funções oficiais no dos Negócios Estrangeiros até Abril de 1834, mas cessam os registos de correspondência oficiais com as legações a partir de Junho-Julho de 1833. O que não impede António Ribeiro Saraiva de, isoladamente, manter laços diplomáticos em Londres, ainda por aprofundar, assim como o das relações Lisboa-legações (e vice-versa). O que se pode, entretanto, concluir é que, apesar de processos de conflito entre o titular dos Negócios Estrangeiros e os representantes, oficiosos e oficiais, de D. Miguel no exterior, não existe informação de demissões e substituições por iniciativa central, baseadas em erros técnicos e políticos.

Para este processo de fragmentação e de radicalização do poder do Estado, em 1833-1834, foram alheias as batalhas decisivas, como as de Almoester e de Asseiceira (Fevereiro e Maio de 1834). Assim como as ingerências e os conflitos diplomáticos com a Grã-Bretanha e a França e os respectivos apoios oficiosos aos liberais, pelo menos até à assinatura da Quádrupla Aliança, a 22 de Abril de 1834. Não existe um estudo estatístico-cronológico da repressão dos liberais; tanto quanto se sabe, ela foi constante, embora com períodos de alguma acalmia, sobretudo enquanto Barbosa de Magalhães foi ministro da Justiça (1829-1831), procurando rever os processos judiciais e libertar quem não fora submetido a julgamento.

125 Sobre Francisco José Vieira, ver Subtil (2010, 553).

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

1.1. Fundo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Legações. Correspondência recebida pelo visconde de Santarém. Caixa 553 (de Washington).

1.2. Ministério do Reino (MR)

Correspondência enviada pelo duque de Cadaval a D. Miguel. Macete 999, Caixa 1122.

2. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Reservados

Correspondência enviada pelo duque de Cadaval ao visconde de Santarém. Espólio Rodrigo da Fonseca.

3. Coleção Visconde de Santarém

2.º Visconde de Santarém [Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa]. 1827. *Memórias Verídicas do Meu Ministério durante os 3 Meses que o Exerci.* 607 folhas.

———. 1831. *Observações Feitas a El-Rei sobre o Folheto de Heliodoro que Tem o Título = Algumas Palavras = Lidas a Sua Majestade em Meu Despacho de 14 de Junho de 1831.* 53 folhas.

4. Arquivo da Universidade de Coimbra

Correspondência enviada pelo 2.º visconde de Santarém a António José Guião. Fundo Jardim de Vilhena.

5. Direcção-Geral da Marinha

Registo de Correspondência entre o Ministro da Marinha e Outros Ministros do Estado. 1827-28. Vol. 125. Arquivo Histórico. Biblioteca Central da Marinha, Lisboa.

Fontes impressas

Alvim, João Carlos, ed. (1855) 1982. *Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho.* Lisboa: Assírio e Alvim.

———, ed. 1985. *A Revolta Miguelista contra o Cabralismo. Cartas de António Ribeiro Saraiwa e Cândido Figueiredo e Lima.* Lisboa: Assírio e Alvim.

- Andrade, José Maria Dantas Pereira de. 1833. *Memória sobre a Defesa do Tejo contra Forças Marítimas*. Lisboa: Impressão Régia.
- Cabral, António. 1936. *Uma Tragédia na Corte. A Morte do Marquês de Loulé. Mistério que se Esclarece – Documentos Inéditos*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Carneiro, Heliodoro Jacinto de Araújo. (1831) 1832. *Algumas Palavras em Resposta ao que Certas Pessoas Têm Dito e Avançado acerca do Governo Português, com Algumas Observações tanto a respeito do Estado Actual de Portugal e da Europa como da Extravagante e Inesperada Conduta do Governo Inglês para com Portugal*. Londres: Tipografia de G. Schulze.
- Carrilho, Luiz Pereira. (1856) 2002. *Os Oficiais d'El-Rei Dom Miguel*. Lisboa: Edições Guardamor.
- Carvalho, José Liberato Freire de. 1840. *Ensaio Político sobre as Causas que Prepararam a Usurpação do Infante D. Miguel no Ano de 1828, e com ela a Queda da Carta Constitucional do Ano de 1826*. Lisboa: Imprensa Nevesiana.
- Castelo Branco, Camilo. (1861) 1863. *O Romance de Um Homem Rico*. 2.^a ed. Porto: Em Casa da Viúva Moré-Editora.
- Catalogue of Books & Manuscripts Comprising . . . The Library of the Late Dr. A. R. SARAIIVA, Formerly Chargé d'Affaires in England for Dom Miguel . . . Which Will be Sold by Auction by Sotheby, Wilkinson and Hodge*. 1891. Dryden Press: J. Davy & Sons.
- Colecção das Ordens do Dia. Ano de 1828*. 1828. No. 58 (26-5-1828), 65-67. No. 11 (13-6-1828), 92. Lisboa: Impressão de Eugénio Augusto.
- Colecção das Ordens do dia. Ano de 1832*. 1832. No. 71, 1-2. No. 77, 1-2 e 6 (26-10-1832). Lisboa: Impressão de Eugénio Augusto.
- Crónica Constitucional de Lisboa* (CCL). 1833. Lisboa: Impressão Régia.
- Ferrão, António. 1940. *Reinado de D. Miguel. O Cerco do Porto (1832-1833)*. Lisboa: Comissão de História Militar.
- França, José-Augusto. 1984. “Cartas do 2.º Visconde de Santarém Ministro de D. Miguel ao 6.º Visconde de Asseca (1828-1831).” *Anais da Academia Portuguesa da História* 29:481-503.
- Gazeta de Lisboa*. 1830. No. 179, 31 de Julho de 1830, 723-725. Lisboa: Impressão Régia.
- Lima, Augusto C. Pires de. 1925. *Diário de Um Soldado Miguelista (José Bento Fernandes)*. Separata da *Revista de História* 13. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Lobo, D. Francisco Alexandre. 1837. *Resumida Notícia da Vida de D. Nuno Caetano Álvares Pereira de Mello, Sexto Duque de Cadaval*. Paris: Typographie de Casimir.
- Macedo, José Agostinho de. 1900. *Obras Inéditas de . . . Cartas e Opúsculos Documentando as Memórias para a Sua Vida Íntima e Sucessos da História Literária e Política do Seu Tempo. Com Uma Prefação Crítica por Teófilo Braga. . .* Vol. I. Lisboa: Tipografia da Academia das Ciências de Lisboa.
- Martins, Francisco José Rocha. 1918-19. *Correspondência do 2.º Visconde de Santarém. Coligida, Coordenada e com Anotações de Rocha Martins (da Academia das Ciências de Lisboa). Publicada pelo 3.º Visconde de Santarém*. Vols. I-IV. Lisboa: Alfredo Lamas, Motta e Companhia, Editores.
- . 1933. “Soldados da Liberdade.” *Arquivo Nacional (Arquivo de História Antiga e de Crónicas Contemporâneas)* 2 (80):442-44.
- , et Lopes d'Oliveira. 1946. *A Liberdade Portuguesa (1820)*. Lisboa: Edições Excelsior.
- Martins, Joaquim Pedro de Oliveira. (1881) 1981. *Portugal Contemporâneo*. 2 Vols. Porto: Lello & Irmãos.

- Neves, José Acúrsio das. (1810-11) 1984. *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*. In *Obras Completas de...*, org. António Almodôvar e Armando Castro. Vols. 1-2. Lisboa: Edições Afrontamento.
- O Investigador Português em Inglaterra, ou Jornal Literário, Político, etc.* 1815. Vol. 13 (Julho):107-108. Londres: T.C. Hansard.
- Palma-Ferreira, João, ed. (1833-34) 1982. Francisco de Paula Ferreira da Costa, *Memórias de um Miguelista (1833-1834)*. Prefácio, transcrição, actualização ortográfica e notas de... Lisboa: Editorial Presença.
- Santarém, 2.º Visconde de. 1910. *Opúsculos e Esparços. Coligidos e Coordenados por Jordão de Freitas e Novamente Publicados Pelo 3.º Visconde de Santarém*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva.
- . 1914. *Inéditos (Miscelânea), Coligidos, Coordenados e Anotados por Jordão de Freitas (Bibliotecário da Biblioteca da Ajuda) e Trazidos à Publicidade pelo 3.º Visconde de Santarém*. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva.
- . 1918. *Catálogo da Terceira Livraria do 2.º Visconde de Santarém (Com Uma Introdução de António Baião)*. Lisboa: Alfredo Lamas, Mota e C.ª, Editores.
- Saraiva, António Ribeiro. 1828. *Moi, Je ne suis pas Un Rebelle, ou la Question du Portugal dans tout sa Simplicité*. Paris: Delaforest.
- . (1831-88) 1915. *Diário de Ribeiro Saraiva (1831-1888)*. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional.
- . 1847. *Memorandum d'Une Conference de . . . Agent Diplomatique Portugais à Londres, sous le Gouvernement de Don Miguel, avec Lord Grey, Premier Ministre de la Grande-Bretagne, le 20 Décembre 1833, sur le Meilleur Moyen de Pacifier le Portugal, d'y mettre fin à la Guerre Civile, d'y Rétablir Un Vrai Gouvernement Constitutionnel...* Londres: Simpkins, Imprimeur.
- . 1885. “Carta para Joaquim Martins de Carvalho.” *O Conimbricense* 3555, 8 de Agosto.
- Siebertz, Paul. (1944) 1986. *D. Miguel e a Sua Época. Ou a Verdadeira História da Guerra Civil*. 2.ª ed. rev. de *A Maçonaria na Luta pelo Poder*. Aveiro: ACTIC.
- Silva, Inocêncio Francisco da. 1862. *Dicionário Bibliográfico Português*. Tomo VII, 172-173. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Suplemento da Gazeta de Lisboa*. 1829. Suplemento ao no. 50, 27 de Fevereiro de 1829. Lisboa: Imprensa Régia.
- Viana, António. 1891. *Silva Carvalho e o Seu Tempo*. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Walton, William. 1831. *Carta Primeira Dirigida ao Conde Grey, Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, acerca do Estado das Relações Políticas e Comerciais entre Portugal e aquele País. Escrito recentemente por...* Lisboa: Tipografia Maignense.

Bibliografia

- Barata, Paulo J. S. 2003. *Os Livros e o Liberalismo. Da Livraria Conventual à Biblioteca Pública: Uma Alteração de Paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- Brissos, José. 1997. *A Insurreição Miguelista nas Resistências a Costa Cabral 1842-1847*. Lisboa: Colibri.
- Cardoso, António Monteiro. 2007. *A Revolução Liberal em Trás-os-Montes (1820-1834)*. *O Povo e as Elites*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- . 2009. “Notícias ‘Aterradoras’ e Pasquins ‘Incendiários’. A Circulação de Rumores em Trás-os-Montes no Tempo das Lutas Liberais.” In *Contra-revolução, Espírito Público e Opinião no Sul da Europa*, coord. Fátima Sá e Melo Ferreira, 109-116. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa/ISCTE.

- Caron, Jean-Claude. 1991. *Généralisations Romantiques. Les Étudiants de Paris & le Quartier Latin (1814-1851)*. Paris: Armand Collin.
- Carvalho, Rómulo de. 1986. *História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castro, Zília Osório de, dir. 2002. *Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Vol. 1. Lisboa: Assembleia da República/Edições Afrontamento.
- Costa, António José Pereira, coord. 2005. *Os Oficiais do Exército Português (1807-1864)*. Vol. 2, tomo 1. Lisboa: Biblioteca do Exército.
- Cuevas, Pedro Carlos González. 2000. *Historia de las Derechas Españolas. De la Ilustración a Nuestros Días*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Dias, Graça e José Sebastião da Silva. 1986 *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*. 2.^a ed. Vol. 1, tomo 2. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Esparteiro, António Marques. 1969. “O Almirante Barão de Lazarim (1781-1856).” *Ocidente. Revista Portuguesa Mensal* 67 (Julho/Dezembro):375-80.
- Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo. 2002. *Rebeldes e Insubmissos: Resistências Populares ao Liberalismo*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- . 2014. “O ‘Terror Miguelista’ Revisitado. Estado, Violência Política e Intervenção Popular no Reinado de D. Miguel.” In *As Raízes Profundas não Gelam? – Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*, coord. Riccardo Marchi, 113-129. Alfragide: Texto Editora.
- Figueira, Joaquim Fernandes. 1941. *O Conde de Basto. Epitáfio que se Desfaz*. Porto: Imprensa Moderna.
- Fontana, Josep. 2006. *De en el Medio del Tiempo. La Segunda Restauración Española, 1823-1824*. Barcelona: Crítica.
- . 2007. *Historia de España*, dir. Josep Fontana, et Ramón Villares. Vol. 6, *La Época del Liberalismo*.
- Hespanha, António Manuel. 1982. “Projecto Institucional do Tradicionalismo Reformista.” In *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*, org. Miriam Halpern Pereira, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, et João B. Serra. Vol. 1, 63-90. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Lima, Jorge Hugo Pires de. 1967. *Processos Políticos do Reinado de D. Miguel. Sumários*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Lopes, António. 2003. *Gomes Freire de Andrade: Um Retrato do Homem e da Sua Época*. Lisboa: Grémio Lusitano.
- Lousada, Maria Alexandre, et Nuno Gonçalo Monteiro. 1982. “Revolta Absolutistas e Movimentações Camponesas no Norte, 1826-1827 (Algumas Notas).” In *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*, coord. Miriam Halpern Pereira, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, et João B. Serra. Vol. 2, 169-181. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- . 1987. *O Miguelismo (1828-1834): O Discurso Político e o Apoio da Nobreza Titulada*. Dissertação de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- , et Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira. 2006. *D. Miguel*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- . 2014. “Portugal em Guerra: A Reacção Antiliberal Miguelista no Século XIX.” In *As Raízes Profundas não Gelam? – Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*, coord. Riccardo Marchi, 81-112. Alfragide: Texto Editora.

- Luis, Jean-Philippe. 2001. “La Década Ominosa, Una Etapa Desconocida en la Construcción de la España Contemporánea.” *Ayer* 41:85-117.
- . 2002. *L'Utopie Réactionnaire. Épuration et Modernisation de l'État dans l'Espagne de la fin de l'Ancien Régime*. Madrid: Casa de Velázquez.
- Martelo, David. 2001. *Cerco do Porto, 1832-33: A Cidade Invicta*. Lisboa: Tribuna da História.
- Mónica, Maria Teresa. 1989. “Correspondência Miguelista: Textos e Personagens” *Revista da Biblioteca Nacional*, 2.ª série, 4 (1):65-82.
- . 1990. *Memórias de Um Miguelista Renegado – António Guedes de Quinbones*. Lisboa: Publicações Alfa.
- . 1997. *Errâncias Miguelistas (1834-1843)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Monteiro, Saturnino. 1989. *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*. Vol. 8, 1808-1975. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Paixão, V. Braga. 1967. *D. Miguel, Infante e Rei – Presidente da Academia*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Patrício, Isabel Simões, Ilídio Barbosa Pereira, Maria João Padez, et Fernando Regateiro. 2001. *Imprensa da Universidade de Coimbra: A História, os Homens e os Livros*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Pereira, José António Rodrigues. 2005. *Campanhas Navais*. Vol. 1. Lisboa: Tribuna da História.
- . 2011. *Batalha Naval do Cabo de São Vicente. 1833. A Marinha Portuguesa nas Guerras Liberais*. Lisboa: Tribuna da História.
- Protásio, Daniel Estudante. 2016a. “Francisco de Zea Bermúdez y Algunos Aspectos de la Política Exterior Portuguesa de su Tiempo (1828-1834).” *Hispania Nova, Revista de Historia Contemporánea* 14:24-43.
- . 2016b. *Pensamento Histórico e Ação Política do 2.º Visconde de Santarém (1809-1855)*. S.l.: Edição de Autor.
- Saraiva, José da Cunha. 1927. *Ribeiro Saraiva na Universidade. Com Uma Nota Genealógica sobre Sua Família*. Lisboa: Nação Portuguesa.
- Silveira, João dos Santos. 1985. *Ação Política do Agente e Representante de El-Rei, o Senhor D. Miguel I, em Londres*. Tese de licenciatura. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Soares, Alberto Ribeiro, coord. 2003. *Os Generais do Exército Português*. Vol. 1. Lisboa: Biblioteca do Exército.
- Subtil, José. 2010. *Dicionário dos Desembargadores (1640-1834)*. Lisboa: EDIUAL.
- Teixeira, Pedro O'Neill. 2006. *Amigos da Dinamarca. Um Olhar sobre a Sociedade Portuguesa e Dinamarquesa do Século XIX*. Lisboa: Tribuna da História.
- Torgal, Luís Reis. 2016. *O Caso dos “Divodignos” e as Lutas entre Liberais e Absolutistas. História, Memória e Ideologia*. Condeixa: Câmara Municipal de Condeixa.
- Valente, Vasco Pulido. 1997. *Os Militares e a Política*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Zúquete, Afonso Eduardo Martins. 1960-1961. *Nobreza de Portugal: Bibliografia, Biografia, Cronologia, Filatelia, Genealogia, Heráldica, História, Nobiliarquia, Numismática*. Vols. II-III. Lisboa: Enciclopédia Editora.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

Capa

Detalhe da representação da *Divina Comédia*, de Dante Alighieri. Almada Negreiros, 1961. Pórtico da entrada da Faculdade de Letras. Arte parietal, gravuras incisas coloridas sobre parede revestida a cantaria de calcário, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Fotografia de Armando Norte.

Frontispício

2.º Visconde de Santarém (M.M. inv. n.º 05273), por Pedro Cruz. Propriedade do Museu de Marinha. Direitos de imagem adquiridos por Daniel Estudante Protásio e cedidos para a presente edição.

Contracapa

2.º Visconde de Santarém em 1821, retratado por Bouchardy. Imagem reproduzida em litografia de J. Vilas Boas na obra de Pedro António José dos Santos, *Retratos dos Homens Ilustres, que por Ciência, Política e Artes Sobressaíram em Portugal durante o Século XIX*. Lisboa, 1846. Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Nacional Digital.

Imagens no interior

Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA): inv.º 1223 Pint., inv.º 1256. Des., inv.º 2268 Des. Reprodução autorizada pelo Arquivo de Documentação Fotográfica/Direcção-Geral do Património Cultural, por cedência de direitos de Alexandra Gomes Markl para a presente edição (pp. 134-135).



*Bencherdy intateu
em Paris em 1847.*

Off. de Santos.

*J. de Bress Lithographe
em Lisboa 1846.*

Visconde de Santarém

Manuel Francisco de Barros e Souza de Mesquita Macedo Leitão Carvalho, Visconde de Santarém nasceu em Lisboa 18 de Novembro de 1791. Alcaide mór de Santarém Commendador das Ordens de S. Thiago e Torre e Espada Grão Cruz da Ordem de Carlos 3º de Hespanha, Guarda Mor da Torre do Tombo, Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e do Instituto de França, e de muitas outras Sociedades Scientificas e Literarias. Author do Quadro Elementar das relações Diplomaticas de Portugal, e de importantes memorias Geographicas e Archeologicas &

HISTORIOGRAFIA, CULTURA E POLÍTICA NA ÉPOCA DO VISCONDE DE SANTARÉM (1791-1856)

A historiografia portuguesa foi, no dealbar da Época das Revoluções, marcada por práticas culturais e políticas diversas. Entre as lutas revolucionárias e contra-revolucionárias, o erudito e o cronista coexistiam com o historiador amador. O qual reivindicava, tal como os políticos, filósofos e poetas, o papel de religar o passado e o presente, para entender os acontecimentos disruptivos do tempo e antever o futuro das sociedades e da humanidade. O exercício de papéis multifuncionais tornava dúbias, nos indivíduos, as fronteiras entre súbditos e cidadãos, particulares e estadistas, na emissão de opiniões e na tentativa de influenciar os rumos da história. A conjugação de historiografia, cultura e política abre novas e desafiantes visões acerca de uma época plena de ensinamentos para o século XXI.

Pretende-se debater diferentes estados da arte na historiografia luso-brasileira, da história dos conceitos e do dicionarismo crítico. Estabelecer um diálogo crítico a propósito do discurso historiográfico do século XIX, da pluralidade dos significados da sua linguagem impressa e da necessidade de cooperação, aberta e constante, entre os estudiosos dos anos de 1828 a 1834. Analisar fenómenos específicos da arte e da religião, para entender como a cultura expressava o que elites e massas populares desejavam fazer perdurar como memória. Destacar vários instrumentos de conhecimento reflexivo, como as análises da construção dos Estados nacionais (em plena efervescência ibérica dos ideais legitimistas), a afinação tipológica de agrupamentos ideológicos miguelistas e a utilização sistemática das fontes diplomáticas manuscritas, para entender as lutas dinásticas ibéricas.

Em suma, procura-se pôr à disposição da comunidade científica e do público informações de considerável utilidade, num esforço de elucidação da história política, social e mental daquele tempo.

A colecção *Historiographica* dá a conhecer estudos sobre historiografias e historiadores, a construção de memórias sociais e individuais e usos instrumentais do passado – a sempre complexa relação entre presente, passado e futuro, nas suas relações contextuais com problemas sociais e políticos. Abrange múltiplos tempos e geografias e incentiva a aproximação entre diversas ciências sociais e humanas.



HISTORIOGRAPHICA
LISBON
HISTORICAL
STUDIES

Direcção de
Sérgio Campos Matos & Covadonga Valdaliso

HISTORIOGRAFIA E *RES PUBLICA*

Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João (Orgs.)

2017

HISTORIOGRAFIA, CULTURA E POLÍTICA
NA ÉPOCA DO VISCONDE DE SANTARÉM (1791-1856)

Daniel Estudante Protásio (Org.)

2019

CH

CENTRO DE HISTÓRIA
